



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE ECONOMIA
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

GABRIELA MERCURI DE ALMEIDA BASTOS

**NOTAS SOBRE TEORIAS DA CRISE: UMA BREVE REVISÃO DOS LEGADOS
MARXISTA E KEYNESIANO**

SALVADOR

2017

GABRIELA MERCURI DE ALMEIDA BASTOS

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Área de Concentração: Economia Política

Orientador: Prof. Dr. Luiz A. Mattos Filgueiras

SALVADOR

2017

B327

Bastos, Gabriela Mercuri de Almeida.

Notas sobre teorias da crise: uma breve revisão dos legados marxista e keynesiano./ Gabriela Mercuri de Almeida Bastos. Salvador, 2017.

86 f.; il.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Economia.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Antônio Mattos Filgueiras.

1. Teoria marxista. 2. Teoria keynesiana. 3. Crises econômicas. 4. Capitalismo. I. Universidade Federal da Bahia. II. Filgueiras, Luiz Antônio Mattos. III. Título.

CDD: 330.1

GABRIELA MERCURI DE ALMEIDA BASTOS

**NOTAS SOBRE TEORIAS DA CRISE: UMA BREVE REVISÃO DOS LEGADOS
MARXISTA E KEYNESIANO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovado em 21 de junho de 2017.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Luiz Antônio Mattos Filgueiras

Universidade Federal da Bahia – UFBA

Prof. Dr. Antonio Renildo Santana Souza

Universidade Federal da Bahia – UFBA

Prof. Dr. Uallace Moreira Lima

Universidade Federal da Bahia – UFBA

RESUMO

Este projeto tem como objetivo central revisar e sistematizar as principais contribuições teóricas, no âmbito das correntes marxista e keynesiana, acerca do debate sobre as crises econômicas do capitalismo. É reputada a relevância da temática em questão, particularmente frente a mais recente manifestação do fenômeno – eclodida em 2008 nos Estados Unidos em subsequência ao estouro da bolha imobiliária no seu chamado mercado *subprime* – e de sua perpetuação, cujos impactos vêm sendo sentidos em todo o globo até os dias atuais. Partindo desse princípio, revela-se crucial a tentativa de promover mais e mais discussões no sentido de estimular o referido debate. Ademais, a iniciativa se mostra mais pertinente quando consideramos a aparente inércia dos teóricos do *mainstream* diante de mais uma evidência empírica que expõe os limites de suas formulações quando da análise da realidade concreta. Neste sentido, tendo como eixo referencial as contribuições originais de Marx e Keynes, busca-se ainda explanar, em linhas gerais, as principais formulações acerca da crise que delas emanaram, investigando assim seus desdobramentos contemporâneos e os avanços da discussão teórica sob a luz das questões levantadas por esses autores.

Palavras-chave: Crise econômica. Teorias da crise. Marxismo. Keynesianismo. Lei tendencial da queda da taxa de lucro.

ABSTRACT

This work aims to review and systematize the main theoretical contributions, within the framework of the Marxist and Keynesian approaches, when it comes to the debate about the economic crises in capitalism. The attention that it is given to the issue in focus is particularly relevant considering the most recent manifestation of the phenomenon – which occurred in 2008, in the United States, following the bursting of the real estate bubble in its so-called “subprime market” – and its perpetuation, whose impacts have been strongly felt all around the globe until the present day. Considering this context, the attempt to promote more and more discussions to stimulate this debate proves to be crucial. In addition, the initiative is even more pertinent when we recognize the apparent inertia of the mainstream theorists before another empirical evidence that exposes the limits of its formulations concerning the analysis of the concrete reality. In this sense, starting from the original contributions of Marx and Keynes, it is sought here to explain, in general lines, the main formulations about the crisis that emanated from them, and to investigate their contemporary developments and the advances of the theoretical discussion in the light of the questions originally raised by these two authors.

Key-words: Economic crisis. Crisis theories. Marxism. Keynesianism. Tendency of the rate of profit to fall.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
2	A TEORIA DA CRISE EM KENES	11
3	A INFLUÊNCIA DO LEGADO KEYNESIANO	30
3.1	AS CRISES ECONÔMICAS SEGUNDO HYMAN P. MINSKY.....	35
4	A TEORIA DA CRISE EM MARX	45
4.1	A CRISE EM MARX ANTES DE <i>O CAPITAL</i>	45
4.2	A LEI TENDENCIAL DA QUEDA DA TAXA DE LUCRO.....	57
5	A INFLUÊNCIA DO LEGADO MARXIANO	65
5.1	A NEGAÇÃO DA LEI TENDENCIAL DA QUEDA DA TAXA DE LUCRO.....	65
5.2	CRISES RECORRENTES VS. COLAPSO: AS TEORIAS MARXISTAS NA ÓRBITA DA LEI TENDENCIAL DA QUEDA DA TAXA DE LUCRO.....	72
6	CONCLUSÃO	82
	REFERÊNCIAS	84

1 INTRODUÇÃO

A ocorrência de crises no capitalismo, independentemente de suas peculiaridades histórico-concretas, provoca intenso debate no interior da teoria econômica e a multiplicidade de concepções acerca deste fenômeno não poderia passar despercebida e ou ser menosprezada por aqueles que almejam investigá-lo. Tendo em vista que, em meio à complexidade do sistema, são incontáveis as variáveis que interagem entre si, determinando-se reciprocamente, o trabalho de pesquisa na busca pelas origens dos movimentos que vêm a acarretar as flutuações observadas torna-se demasiado árduo. Nesse sentido, o estudo de diferentes interpretações sobre crise torna-se indispensável ao amadurecimento analítico.

Mercados atomizados, bens homogêneos, inexistência de barreiras à entrada e a saída e simetria de informação. São esses os pressupostos do modelo básico de concorrência perfeita tido como referência central e introdutória para o ensino da economia ao redor do mundo. É a partir dele e de suas escassas variantes pouco mais flexibilizadas – os modelos de concorrência monopolística e oligopolista, a hipótese das percepções errôneas, dos preços rígidos, enfim, o conjunto de modelos que incorpora a cláusula das falhas de mercado – que todo um edifício teórico, notadamente dessemelhante à trajetória de desenvolvimento capitalista historicamente observada, continua sendo fortificado, particularmente após a crise do *Welfare State* e o consequente triunfo da ideologia neoliberal nas décadas de 1980 e 1990.

Se a Grande Depressão e seus efeitos nefastos, que perduraram por aproximadamente uma década, pareciam, ao menos em tese, ter ensinado algo aos economistas sobre o funcionamento do sistema capitalista e sua natureza eminentemente instável, tais lições distanciaram-se progressivamente do núcleo da teoria econômica, sobretudo, da macroeconomia, que, na visão de Caballero (2010), encontra-se cada vez mais circunscrita à sua própria lógica interna e descolada das complexas relações de produção estabelecidas no mundo real.

A macroeconomia moderna passou por uma verdadeira revolução tecnocrata, seus modelos atingiram um grau de sofisticação e matematização impressionantes. A obsessão dos economistas em busca de uma precisão cartesiana parecia ter como

objetivo reforçar o *status* científico da disciplina e distanciá-la permanentemente de suas origens na Economia Política. A ideia propagada durante o período da chamada “grande moderação” é que a economia estava propriamente sob controle, isto é, eram plenamente conhecidos os movimentos inerentes ao funcionamento dos mercados, seus infinitos canais de transmissão, efeitos e reações em potencial, bem como o padrão de comportamento dos agentes econômicos, de modo geral. Seguindo esse raciocínio, a ocorrência de novas crises semelhantes àquela de 1929 seria improvável. Não é preciso nem mencionar o quão ambiciosa e absurda era a convicção do *mainstream* da ciência econômica. Tal certeza perdurou, assustadoramente, até a véspera da generalização do colapso financeiro de 2008 nos Estados Unidos (KRUGMAN, 2009).

É demasiado preocupante o grau de autossuficiência da ciência econômica, particularmente da macroeconomia, quando confrontada com o universo concreto. A exatidão e coerência que os modelos cujas bases estão fincadas no paradigma do equilíbrio encontram internamente não se estendem, de modo algum, ao movimento das variáveis na realidade e são, no limite, inúteis na tentativa de compreender o intrincado fenômeno das crises econômicas que abalam o capitalismo desde a sua origem (CABALLERO 2010).

A maioria dos modelos desenvolvidos na seara da dita macroeconomia do consenso não comporta a noção de crises sistêmicas. Dito isso, é, no mínimo, irônico, como um fenômeno cuja recorrência foi diversas vezes ratificada pela história – seja quando do império do chamado capitalismo selvagem, seja sob o signo do capitalismo gerenciado keynesiano – aparece como ser estranho, um alienígena no âmbito das análises teóricas do *mainstream*. O que talvez seja ainda mais espantoso é o fato de que são exatamente estas leituras, tão afastadas do plano do real, que representam o principal alicerce responsável por orientar a formulação das políticas macroeconômicas na maioria dos governos ao redor do mundo (CHERNAVSKY, 2011).

Tendo em vista que as construções teórico-analíticas do *mainstream* têm como substrato a noção de que o sistema tende a se auto-reproduzir harmônica e automaticamente, a crise aparece como assunto delicado para os seus defensores e, logo, frequentemente ignorado e ou posto em segundo plano em suas elaborações. No entanto, de tempos em tempos – e com elevada frequência considerando a ainda jovem trajetória do capitalismo – os guardiões do equilíbrio se veem obrigados a fornecer alguma

explicação para o estorvo das crises. Quando compelidos a tal missão, costumam relacioná-las a fatores exógenos que variam desde questões referentes à natureza, como o caso das secas, até aquelas de caráter mais subjetivo, como falhas dos agentes econômicos – que, não por acaso, são, e com frequência, atribuídas aos maiores inimigos do “primor” do livre mercado, os governos.

Como se sabe, o ano de 2008 destacou-se pelo rebentamento de uma nova crise econômica na história do sistema capitalista de produção, o que colocou, mais uma vez, em posição indesejada os economistas do *mainstream*. Ela teve como epicentro o estouro da bolha imobiliária no mercado *subprime* dos Estados Unidos e, posteriormente, alastrou-se, sendo reconhecida por porção expressiva de estudiosos do tema, ainda que em muitos casos, tardiamente, como um fenômeno de alcance mundial, que se assemelhou – em maior ou menor grau, a depender da vertente interpretativa em foco – às grandes crises sistêmicas que no passado atravessaram o caminho do capital, seja em 1873 ou em 1929.

Nas palavras de Prado (2013, p. 162), quase

[...] ninguém mais acreditava que uma crise semelhante à de 1929 pudesse acontecer novamente [...]. A própria história, porém, veio criticar mais uma vez as crenças ideológicas bem estabelecidas no âmbito da ciência econômica, pois estas sempre se baseiam numa compreensão inadequada do modo de ser e de envolver o sistema econômico realmente existente.

Desde então – confirmando a existência de uma pluralidade de leituras acerca do tema – , vasta bibliografia vem sendo elaborada na tentativa de se assimilar esse novo período recessivo no percurso capitalista e, conseqüentemente, seus prováveis efeitos no que tange à futura trajetória da economia mundial. Tendo em vista a amplitude do debate e a insuficiência dos diagnósticos produzidos no âmbito da corrente hegemônica neoclássica, este trabalho visa mapear as principais contribuições para a análise das crises pertinentes ao domínio das teorias keynesiana e marxista. Por esse ângulo, procura-se aqui identificar as causas que fundamentam a crise econômica, sua dinâmica de evolução, bem como as possibilidades, ou não, de superá-las a partir de uma análise das perspectivas teóricas acima indicadas.

Não obstante, faz-se necessário mencionar que este trabalho não se propõe a discutir uma ou outra crise especificamente, sendo assim, as menções feitas a qualquer caso

particular, como à famosa Grande Depressão ou à mais recente chamada crise do *subprime*, são efetuadas apenas à título de ilustração. Com efeito, tem-se aqui como meta identificar os elementos comuns que atravessam a manifestação de cada uma delas. Todavia, de forma alguma, pretende-se ignorar a indiscutível importância das múltiplas particularidades que correspondem à cada fenômeno singular que, em um referido contexto histórico, agregam uma série de componentes que ultrapassam aquilo que é descrito nas teorias gerais, incorporando, dentre outros, elementos de naturezas institucional, política e social próprios.

A convicção de que o arcabouço teórico-explicativo do *mainstream* mostra-se insuficiente no que tange à tentativa, ou não, de explicar as crises exerceu estímulo fulcral para a realização desta investigação. O abismo que separa aquilo que é ensinado na esmagadora maioria dos cursos de economia ao redor do mundo e a dinâmica real do sistema capitalista de produção – que deveria ser seu objeto de estudo – é, antes de qualquer coisa, estarrecedor. A questão elementar respalda-se justamente no fato de que a teoria neoclássica propõe uma análise demasiado limitada – dada a predominância de observações estáticas, regidas pelo império do equilíbrio – que não comporta, graças aos seus axiomas fundadores, a noção de crises endógenas, o que, automaticamente, já as distingue tanto das interpretações marxistas, quanto keynesianas.

Vale frisar que mesmo reconhecendo o ponto de divergência fulcral no que se refere às perspectivas políticas de Keynes e Marx – isto é, enquanto o primeiro produz sua teoria dentro dos limites da sociedade capitalista, buscando encontrar mecanismos, sobretudo através da figura do Estado, que possibilitem a sua perpetuação, o diagnóstico realizado pelo segundo constata a sua inexorável inviabilidade, e vislumbra a sua superação via ação política –, tal incongruência não extingue a exequibilidade de investigações que combinem elementos de ambas as matrizes teóricas. Afinal, no limite da análise do *modus operandi* do sistema em si e, em especial, do entendimento das crises econômicas como um fenômeno endógeno, as teorias de Keynes e Marx possuem importantes zonas de confluência (FILGUEIRAS; DRUCK, 2010).

O processo de construção do referencial teórico deste trabalho foi fruto, inicialmente, do mapeamento da literatura marxista relativa à problemática da crise. Nessa direção, foi possível verificar um conjunto de interpretações surpreendentemente heterogêneo no interior da própria corrente e, com base em Prado (2013), destacar um dos pontos de

desacordo mais expressivos entre os autores marxistas, a saber, a vigência ou não da chamada Lei Tendencial da Queda da Taxa de Lucro, doravante LTQTL. Desse modo, ela constitui elemento-chave para esta investigação e, portanto, linha divisora que vem a nortear a sua estruturação.

Num primeiro momento, será esmiuçada a contribuição de Keynes, tendo como referência primordial a sua *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda* e por finalidade decifrar as suas conclusões acerca da dinâmica dos ciclos, bem como, a possibilidade da ocorrência das crises a eles subjacentes. A seção subsequente se centrará numa revisão da influência do legado keynesiano buscando mapear as principais vertentes que se formaram a partir de sua matriz teórica. Posteriormente, será feita a exposição da contribuição deixada por Hyman P. Minsky, economista americano que integra a tradição pós-keynesiana, cuja interpretação das crises econômicas vêm ganhando, merecidamente, papel cada vez mais destacado no bojo do debate contemporâneo.

Uma terceira parte dedica-se às contribuições deixadas por Karl Marx e subdivide-se entre as formulações que antecedem a elaboração de *O Capital* – obra referencial no que diz respeito à maturidade da crítica à economia política do pensador alemão – e aquela que foi nele desenvolvida. Nesse âmbito, será discutido, sob a luz de Cipolla (2013), o processo de transformação pelo qual passou o conceito de superprodução marxiano até o alcance de sua forma final. O aprofundamento da sua investigação econômica e, por extensão, de sua compreensão no que se refere ao fenômeno das crises é simbolizada pela composição da paradigmática LTQTL.

Por fim, dada a inexistência de unanimidade entre os autores cujas obras foram elaboradas sob a influência de Marx, o último capítulo deste trabalho preocupa-se em resumir o entendimento a respeito da temática posto pelas principais vertentes que se inspiram, com maior ou menor afinco, na teoria marxiana. Desse modo, tem-se aqui como objetivo apresentar as diferentes visões que se encontram circunscritas ao campo de análise marxista, subdividindo-as em dois grandes grupos segundo a incorporação ou não da LTQTL em suas explicações acerca da crise. Busca-se, portanto, enfatizar as divergências e pontos consensuais mais expressivos no debate entre os marxistas, tendo o conjunto de pressupostos originalmente concebidos por Marx como eixo referencial orientador para leitura aqui proposta.

2 A TEORIA DA CRISE EM KEYNES

A crise de 1929 e a depressão que se estendeu ao longo dos anos subsequentes – e que veio apresentar sinais efetivos de reversão somente a partir do advento da Segunda Guerra Mundial – ratificaram, mais uma vez, o caráter instável do sistema capitalista de produção. Tal evidência histórica acarretou a quase que automática invalidação da tese ortodoxa dos livres mercados eficientes por excelência, isto é, da noção de que eles gozariam da propriedade inata de autorregulação como produto da operação da emblemática *mão invisível*. A alegoria introduzida por Smith – que é reciclada, de maneira, ao menos, discutível, pela corrente marginalista e certamente constitui o maior símbolo da ciência econômica, assim como da sua vulgarização – representa o suposto processo de canalização do conjunto das ações racionais maximizadoras e essencialmente egoístas intrínsecas ao comportamento do *homo economicus* em direção à garantia da perfeita alocação dos nossos parques recursos disponíveis. Tudo isso quando desprendidas de nefastas amarras regulatórias dos governos intervencionistas, claro.

Os múltiplos impactos da crise de 1929 foram demasiado devastadores e não só em território estadunidense, seu epicentro. As economias ao redor do mundo sentiram, de forma gradual e dessemelhante – como é próprio do *modus operandi* capitalista concentrador e, destarte, promotor de desigualdades em múltiplas dimensões –, o choque que causou um verdadeiro terremoto na nação que, àquela altura, já constituía a maior potência industrial do mundo. O *Crash* da bolsa nova-iorquina se deu numa conjuntura marcada pelo poderio da ainda hegemônica Grã-Bretanha que era responsável pela emissão da Libra Esterlina (divisa internacional) e que, em última instância, ainda ocupava posição privilegiada no âmbito das relações de poder político-econômicas globais. Não obstante, a ascensão definitiva da liderança norte-americana já revelava ser uma mera questão de tempo e a relevância da sua dinâmica interna no que concerne o funcionamento da engrenagem econômica internacional tornava-se ainda mais evidente diante da excepcional repercussão da Grande Depressão.

As sucessivas quedas do produto – que, de modo geral, afetaram primeiramente as nações desenvolvidas e num segundo momento a periferia do sistema –, os altíssimos níveis de desemprego, a disseminação da inadimplência, da miséria e do pânico nos

mais diversos setores da sociedade extrapolava a atmosfera dos negócios ameaçando a própria sobrevivência do capitalismo e fomentando o surgimento de um genuíno embrião capaz de incitar agitações sociais, no mínimo, indesejáveis. A combinação destes fatores com a chamada ameaça comunista – que ganhava fôlego e nutria-se com o que aparentava ser o colapso de seu opositor – era potencialmente explosiva e o insucesso do receituário político ortodoxo que só parecia reforçar a tendência depressiva tonificava a perda de credibilidade do *mainstream*.

Foi nesse momento histórico singular e de excepcional fragilidade, perante à perpetuação de um cenário recessivo sem precedentes, do fortalecimento do ideário nazifascista, tal como da ascensão do regime stalinista soviético, que o pavor toma conta do grande capital e abre espaço para os ensinamentos de uma nova tradição dentro da história do pensamento econômico. Tradição esta que é fruto dos trabalhos daquele que é tido como o maior teórico da economia do século XX, John Maynard Keynes. O investidor e acadêmico britânico – formado na Escola de Cambridge e discípulo do célebre Alfred Marshall, portanto, figura relativamente insuspeita aos olhos da ortodoxia – foi responsável pela desconstrução do núcleo duro da teoria ortodoxa e, conseqüentemente, da sagrada crença na eficiência do livre mercado (FONSECA, 2010).

O empenho com o desígnio central de apreender as origens das oscilações, aparentemente cíclicas, no que tange à trajetória de evolução do produto e do emprego das economias sob o signo do capitalismo industrial, aparece como fio condutor da investigação de Keynes e, particularmente, da sua *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, publicada no ano de 1936. Tais esforços foram corroborados pela carência de explicações fundamentadas em pressupostos mais realistas e pela ineficácia das previsões e ou soluções propostas alicerçadas no aparato analítico-instrumental neoclássico.

Vale aqui frisar que são numerosas as contribuições gestadas no seio da Revolução Keynesiana – com destaque para a formulação do Princípio da Demanda Efetiva e a rejeição ao axioma clássico da neutralidade da moeda – e que todas elas articulam-se no sentido de desvendar a lógica de funcionamento do capitalismo, procurando expor a dinâmica por trás das interações entre as suas variáveis mais relevantes, bem como identificar a presença de movimentos tendenciais a ele inerentes. Isto posto, seria

minimamente injusto circunscrever o legado de Keynes aos estudos estritamente voltados para o fenômeno das crises econômicas, mesmo porque, na realidade, ele nem chegou a sistematizar propriamente uma teoria da crise, como atentam Amaral e Carcanholo (2009, p. 14).

Apenas no final da Teoria Geral, Keynes faz menção ao comportamento cíclico da economia em suas “Notas Sobre o Ciclo Econômico”. Neste momento, o autor deduz que toda a sua contribuição, registrada em capítulos anteriores, [...], seja suficiente para levar, inevitavelmente, a uma explicação a respeito de como se originam as crises e, ao contrário, de como as mesmas são superadas.

Em suma, a teoria keynesiana é desenvolvida em direção ao seguinte corolário: o sistema capitalista é naturalmente instável e sua evolução é marcada pela presença de ciclos – ao que tudo indica, reiterados – dos quais fazem parte as crises econômicas. A manifestação dessas crises corresponde ao momento típico da abrupta inversão das tendências¹ observadas, isto é, ao ponto de inflexão que marca a alternância entre as fases expansiva e recessiva do ciclo. Assentando-se nessa premissa, é possível inferir que o fenômeno da crise se apresenta como componente eminentemente endógeno à sinergia capitalista. Desse modo, Keynes parte para a conclusão de que há uma necessidade elementar de regulamentação da atividade econômica com o objetivo de amenizar tais flutuações e garantir a própria preservação do sistema, a exploração de suas potencialidades, bem como uma divisão mais equitativa de seus frutos, o que já evidencia que suas intenções eram apenas reformistas e não revolucionárias, como muitos na época temeram.

Sabendo-se da indiscutível robustez e extensão da envergadura teórica elaborada por Keynes, assim como do fato de que, a análise dos ciclos econômicos e, conseqüentemente, da crise em si requerem o domínio de determinadas categorias basilares por ele esmiuçadas no decorrer da sua jornada investigativa, faremos uma breve revisão de alguns conceitos e hipóteses que condicionam a apreensão de suas conclusões no campo do debate aqui proposto.

¹ Desde já, torna-se vital salientar que o conceito de tendência empregado aqui, no seio do debate keynesiano, difere substancialmente daquele usado quando do desenvolvimento da análise da teoria marxiana – com destaque para a discussão acerca da LTQTL, conforme será visto mais adiante.

Partindo da verificação dos elementos que definem demanda e oferta agregadas, Keynes promove a inversão da afamada Lei de Say através da concepção do seu Princípio da Demanda Efetiva. Identifica-se aqui a ruptura fulcral que afasta a construção teórica keynesiana da tradição ortodoxa, a saber, a afirmação de que emprego e renda são determinados na esfera da demanda e não na ordem do mercado de trabalho como defendiam os neoclássicos. Tal posicionamento desencadeia uma série de transformações no estudo da ciência econômica, questionando, tanto do ponto de vista teórico, quanto metodológico, a consolidada supremacia acadêmica e a legitimação político-institucional das doutrinas de orientação liberal – as quais, para o pensador, revelavam-se cada vez mais anacrônicas e descoladas da conjuntura que sucedia o declínio do modelo liberal britânico que teve seu apogeu ainda no século XIX.

A compreensão do papel medular que o empresário capitalista representa na perspectiva analítica keynesiana é indispensável, pois constitui o ponto de partida para o desenvolvimento de todo o seu raciocínio. Esse empresário, disse Keynes, dispendo de capital e movido pelo desejo de acumulá-lo progressivamente, defronta-se, primordialmente, com a possibilidade de investi-lo de duas formas elementares. A primeira delas, atraente por seu alto grau de liquidez, consiste em aplicações de caráter financeiro, cujos lucros encontram-se ancorados nas taxas de juros de mercado esperadas, enquanto a segunda, que envolve o chamado risco de iliquidez dada a alta especificidade vinculada à opção de fabricar um determinado bem, equivale aos investimentos no âmbito produtivo. A escolha por um dos caminhos citados acima será resultado da comparação entre a Eficiência Marginal do Capital – ou em outras palavras, a expectativa quanto ao retorno dos investimentos em bens de capital – e a taxa de juros, isto é, a renda proveniente que se espera das aplicações financeiras (KLAGSBRUNN, 1996).

Nas palavras de Keynes (1996, p. 62),

[...] o montante de investimento corrente dependerá, por sua vez, do que chamaremos de incentivo para investir, o qual, como se verificará, depende da relação entre a escala da eficiência marginal do capital e o complexo das taxas de juros que incidem sobre os empréstimos de prazos e riscos diversos.

É exatamente o processo de decisão deste empresário – influenciado, mútua e contraditoriamente, por um lado pelo *animal spirit*, que lhe é intrínseco, e por outro

pelas incertezas impregnadas nas mais diversas variáveis relativas ao investimento – que será o responsável pela determinação do produto e da renda nas economias capitalistas. Este processo se daria da seguinte maneira: visando auferir lucro máximo, os capitalistas vão tomar suas decisões de produção, que englobam, substancialmente, as quantidades de capital fixo e de mão de obra requeridas para a realização do projeto pretendido, a partir da fixação de uma expectativa acerca da demanda pelo artigo que pretende ofertar. Nesse sentido, Keynes explicita como a demanda, *ex ante*, é que vem a determinar emprego e renda, não o inverso, ou seja, como a produção é o resultado da demanda que é esperada pelos empresários no ponto em que decidem investir.

Conhecendo o fato de que a conduta dos empresários, sob forte influência da situação das expectativas, é o pedestal detrás da determinação do emprego e da renda nas economias capitalistas, a conclusão de Keynes a respeito da instabilidade de suas trajetórias de crescimento mostra-se extremamente coerente, ou até mesmo intuitiva, em especial quando confrontada com a suposta solução harmônica posta pelo paradigma do equilíbrio neoclássico. A introdução da dimensão expectacional, imprescindível no processo de desconstrução dos axiomas ortodoxos de modo geral, é um pilar elementar que se faz presente em toda a estruturação da teoria keynesiana, relevando-se como parcela vital para a atribuição de seu status revolucionário.

As flutuações no investimento estão, inevitavelmente, sujeitas à imprevisibilidade do comportamento do empresariado que, regido pela ânsia de maximizar os lucros e por expectativas amiúde precárias, tomam decisões de produção que se mostram incompatíveis com a realidade econômica naquele determinado momento. Logo, não só é factível, como usual, tanto a ocorrência de descompassos entre oferta e demanda agregadas, quanto a existência de desemprego involuntário, não havendo dispositivos automáticos que venham a garantir a correção destas falhas de mercado – usando o jargão tipicamente ortodoxo –, como apontou Chiliatto-Leitte (2010).

Ademais, ao contrário da simetria de informação evocada pela corrente neoclássica como um dos axiomas que assentam a formação das economias de mercado, a concepção dinâmica de sociedade organicista² enxergada por Keynes não comporta tal pressuposto, assim como, diga-se de passagem, a realidade observada ao longo do desenvolvimento histórico das sociedades. Supondo que a ação individual concebe e é

² Sobre o conceito de sociedade organicista ver Terra e Ferrari Filho (2011).

concebida, concomitantemente, pela dinâmica social, isto é, ambas determinam-se mutuamente, a ideia de que a racionalidade humana seria capaz de antecipar a repercussão do conjunto dessas ações, parece, no mínimo, insensata. Esse todo complexo, movimentando-se ininterruptamente não é passível de assimilação e, desse modo, o produto das suas infinitas conexões é fortuito. A incerteza keynesiana é exatamente o fruto da inevitável imprevisibilidade das ações humanas e, por consequência, da inexecutabilidade de apropriação dessa totalidade tão heterogênea, multifacetada (TERRA; FERRARI FILHO, 2011).

Ainda que de forma prematura, já é possível notar a imprescindibilidade do conceito de expectativa quando se tratam das interações entre as variáveis econômicas. O papel central que elas exercem na consumação das tendências inerentes ao ciclo, sejam elas ascendentes ou descendentes, está longe de ser desprezível. Não se trata apenas de um dispositivo capaz de reforçar determinado movimento, mas, para além disso, as expectativas por si só, mesmo descoladas de propensões concretamente verificáveis podem se auto realizar. Esta percepção, sem dúvida, consiste em uma das mais brilhantes contribuições deixadas pelo pensador.

Abrimos aqui um breve parêntesis a fim de esclarecer como se efetivam as correntemente citadas “profecias autorrealizáveis”. O ponto de partida para compreender este fenômeno consiste na assimilação da noção de comportamento médio. Os agentes econômicos, ao se depararem com a inescapável – e insuscetível ao cálculo probabilístico – incerteza, buscam baliza numa espécie de conduta padronizada, isto é, procuram reproduzir as ações da maioria com o objetivo primordial de obter o máximo de segurança e algum norte quando do momento da tomada de decisões. A generalização de uma conduta "x", por sua vez, já permite certo nível de antecipação de um horizonte futuro. Vejamos agora como isso pode ocorrer: supondo-se que são positivas as expectativas por parte do empresariado e, por conseguinte, do empresário médio³, em relação ao desempenho da economia no período subsequente. Acreditando nessa premissa, que não possui, a priori, nenhuma garantia quanto à sua realização futura, o conjunto dos capitalistas deve tomar decisões de produção pautadas nessa esperança, implantando assim medidas de caráter expansionista. Se assumimos que os graus de adesão e coesão entre aqueles que inspiram e ou seguem o protótipo

³ Conforme Possas *apud* Oreiro (2001).

estabelecido são suficientemente elevados, estão criadas as condições para a concretização de um cenário cujas bases foram lançadas de maneira subjetiva (OREIRO, 2001).

Dando prosseguimento a argumentação central, sabe-se que, buscando detectar os elementos que compõem a demanda agregada – a priori numa economia fechada – Keynes vai destacar duas variáveis primeiras, a saber, o consumo e o investimento. Analisando o fator consumo, vai classificá-lo como função da renda corrente esperada e, a partir da elaboração da noção de Propensão Marginal a Consumir, concluir que a variável apresenta comportamento, em boa medida, estável⁴. Esta estabilidade decorre do fato de que, segundo ele, aumentos na renda corrente não são acompanhados, ao menos na mesma proporção, pelo consumo, como resposta à diminuição progressiva das necessidades de novos bens, da própria vida útil daqueles previamente adquiridos e de uma tendência crescente direcionada a aumentos na poupança. Nesse sentido, o consumo não se configura como uma variável autônoma, já que é um produto direto da escolha do produtor que, ao empregar a mão de obra, gera emprego e renda, induzindo assim a sua efetivação.

Após identificar a lenta variabilidade e não-autonomia do consumo agregado, restou a Keynes seguir para o estudo do investimento na tentativa de descrever as insistentes flutuações que entrecortam a trajetória de evolução das economias capitalistas. Sabendo-se que o investimento ao qual neste ponto faz referência restringe-se às iniciativas destinadas à ampliação da capacidade produtiva, isto é, à aquisição de bens de capital, Keynes, partindo da ótica singular do empresário, estabelece três de seus principais determinantes, quais sejam: a) os custos envolvidos na produção dos bens de capital; b) o rendimento futuro que se espera ser por eles gerado e c) o grau de disponibilidade desses bens no mercado. É, justamente, a compilação e a interação destes determinantes que dão corpo à noção, já previamente introduzida, de Eficiência Marginal do Capital (EMgK) que, quando comparada à taxa de juros, representa o

⁴ Nesse ponto, é mister fazer alusão ao que Keynes denominou “mentalidade acionista”, particularmente ao descrever o comportamento da população norte-americana. Segundo ele, esse tipo de conduta explicita a influência do mercado financeiro no nível de consumo em determinada economia. Reconhecer a importância deste perfil implica admitir que a propensão marginal a consumir pode se encontrar cada vez mais submetida à benevolência dos voláteis mercados de ações.

parâmetro norteador para as decisões de investimento e vai, por fim, esclarecer a origem dos movimentos cíclicos regularmente verificados ao longo do desenvolvimento do capitalismo em sua fase industrial.

Na minha maneira de ver, o ciclo econômico deve, de preferência, ser considerado o resultado de uma variação cíclica na eficiência marginal do capital, embora complicado e frequentemente agravado por modificações que acompanham outras variáveis importantes do sistema econômico no curto prazo. (KEYNES, 1996, p. 293).

Sendo a EMgK determinante principal do investimento, que, por sua vez, é integrante autônomo da demanda agregada e, por conseguinte, responsável primordial pela determinação da produção e do emprego, Keynes conclui que a instabilidade historicamente observada do montante de investimento realizado seria efeito da inconstância dessa EMgK. Tal instabilidade justifica-se, não só pelo papel da incerteza, dados a rigidez, a longa periodicidade e o alto risco que caracterizam os investimentos produtivos, mas também pelo comportamento das expectativas, que se revelam frequentemente equivocadas em meio à condição de ignorância dos compradores e da conduta nociva dos especuladores. Cada etapa do ciclo econômico, então, estaria ligada a um estado da EMgK – que se relaciona positivamente com altos rendimentos esperados, baixo grau de disponibilidade de bens de capital e custos de produção reduzidos – em consonância com a ação de outras variáveis também fundamentais, porém de importância secundária no que toca a determinação dos ciclos, a exemplo da Propensão Marginal a Consumir e da Preferência pela Liquidez.

A crise, em particular, é uma expressão da derrocada da EMgK que é subsequente ao pico da fase expansionista do ciclo e, portanto, uma de suas características constituintes. As etapas derradeiras que antecedem tal fenômeno caracterizam-se por uma verdadeira exacerbação do otimismo nos mercados, mesmo diante de uma taxa de juros relativamente elevada, dos custos crescentes de produção dos bens de capital e da abundância destes ativos na economia. Nesse ponto, observa-se que as expectativas quanto aos retornos futuros são tão positivas que conseguem se sobrepôr a esses sinalizadores⁵ que evidenciam o estado de decadência da EMgK e teoricamente

⁵ A título de reforço, consideremos aqui o tripé que determina a Eficiência Marginal do Capital

deveriam agir no sentido de desestimular o surgimento de novos investimentos produtivos⁶.

Com relação ainda às características subjacentes ao período tido como prenúncio da crise, não raro, como observou o próprio Keynes, a aplicação do termo “sobreinvestimento” aparece como fonte de confusão quando da análise dos ciclos. Segundo ele, há três sentidos que podem ser atribuídos à expressão, quais sejam, a) a configuração de um estado de saturação da economia, isto é, a plena exploração das possibilidades de investir ao ponto de vetar o emprego todo e qualquer empreendimento produtivo novo sem que haja prejuízo para o empresário que o faz. Trata-se de levar a profusão dos bens de capital ao extremo⁷; b) Situação em que o investimento não deve obter sucesso mediante quadro de grave desemprego. Diferentemente do primeiro caso, este representa o limite de absorção por parte dos mercados consumidores, mas não o preenchimento de todos os espaços disponíveis para a introdução de mais investimentos e, por fim, c) que ilustra a conjuntura na qual expectativas extremamente otimistas incentivam investimentos cujo retorno, superestimado, não é factível.

Para Keynes, a única conotação que pode e deve ser empregada para a análise do pré-crise é a última delas. O sobreinvestimento que antecede a recessão consiste, então, no ponto em que as expectativas são infundadamente elevadas e, portanto, os investimentos não podem, dada a realidade concreta, satisfazer o imaginário fantasioso dos empresários. A defesa do argumento de que há sobreinvestimento, quando enquadrado em algum dos dois sentidos primordialmente citados, ou seja, correspondentes aos itens

e o fato de que, em meio ao êxtase característico do auge dos ciclos, as expectativas de receita futura encontram-se superestimadas. Restam-nos, portanto, duas dimensões da EMgK, ambas de natureza mais palpável, que sinalizam sua fragilidade, mas acabam sendo ofuscadas pelo otimismo do momento, são elas: 1) a crescente abundância de bens de capital – que aponta para um possível estágio de iminente saturação dos mercados e 2) a elevação dos custos de produção dos bens de capital – dada a incapacidade da oferta de atender imediatamente a demanda crescente dos mercados. Adiciona-se ainda, como já foi elucidado, a esses dois elementos próprios a EMgK, um terceiro sinalizador externo, refletido na configuração de uma taxa de juros elevada.

⁶ Destaca-se ainda que essa sistematização é fruto de um esforço de Keynes no sentido de demonstrar os movimentos basilares responsáveis pela caracterização dos ciclos, o que, de forma alguma, exclui a relevância de uma infinidade de fatores historicamente observados que interferem nessa dinâmica. Sendo assim, outros elementos específicos, que não cabem ser aqui discutidos, entram nessa equação, seja reforçando ou contrariando o estado das expectativas vigente.

⁷ Keynes diz que tal cenário nunca foi historicamente observado, nem no momento que antecedeu a Grande Depressão de 1929 nos Estados Unidos.

"a" e "b", acarreta a pregação da necessidade de aumento das taxas de juros para conter, supostamente, o avanço desse investimento em meio a uma economia já sobrecarregada. Essa posição é refutada de maneira enfática por Keynes, que alega que uma medida como essa, mesmo nesse caso, não é a resposta para o problema, uma vez que geraria efeitos perversos sobre investimentos estratégicos e ainda sobre o consumo, aprofundando o estágio recessivo.

Assumindo a concepção descrita por Keynes acerca do estado do investimento no prólogo das crises, avançamos para o exame da ocasião em que, finalmente, a indevida sobrevalorização da confiança se desmonta de jeito abrupto. A metamorfose da conjuntura é rápida e inicia-se quando do aparecimento de prenúncios, muitas vezes sutis, que indicam uma possível insuficiência da economia no que se refere à manutenção dos rendimentos esperados dos bens de capital, assim como da disponibilidade de crédito. Essa inclinação inicial em direção à deflação dos ativos é também alvo da ação das expectativas – dessa vez, invertidas e, geralmente, ainda mais operantes – que acabam por incitar um “efeito manada”, instalando o pânico. Essa onda pessimista costuma espalhar-se com rapidez e em grande escala⁸.

Faz-se necessário aqui assinalar, entretanto, que nem toda variação na EMgK e, como resposta, no investimento, é cíclica, havendo sempre a possibilidade de germinação de crises cujas causas são diversas e cujo desenvolvimento se dá paralelamente à ordem usual dos ciclos. Na ainda recente, porém complexa, história de evolução do capitalismo é notória a existência de uma multiplicidade de gatilhos – a exemplo das secas, guerras, desastres naturais, questões de caráter institucional, dentre outros – que, dada determinada conjuntura, podem desembocar numa crise econômica. Esses distúrbios podem agir tanto no sentido de reforçar a tendência que, naquele momento, revela-se preponderante, no que toca à performance do ciclo, como de confrontá-la.

Keynes (1996), inclusive, elabora um tópico em suas *Notas Sobre o Ciclo Econômico*, com o propósito de esclarecer a distinção entre a tese, por ele defendida, a respeito da origem dos ciclos e a visão de outros economistas, em suma neoclássicos, que –

⁸ Nas circunstâncias atuais, podemos considerar ainda o fato de que, dado o altíssimo nível de interligação (e interdependência), seja comercial ou financeiro, dos mercados, sob a luz da globalização produtiva e financeira, o processo de universalização da crise se dá de maneira ainda mais célere e perversa.

especialmente, desde o trabalho precursor de Jevons – os descreveram como reflexos das oscilações na produção agrícola. Para Keynes, o argumento ortodoxo seria incompatível com a realidade observada no universo do capitalismo industrial do século XX, marcado pela contínua e acelerada ampliação das relações comerciais internacionais. Se o capitalismo sob o signo da mundialização da produção já minimiza, quando não anula, as sequelas das variações sazonais das colheitas nos diferentes países do mundo, num segundo plano, se sabe também que a lógica singular de acumulação capitalista não é centrada na produção de bens primários, com efeito, Keynes ainda alega ser ela responsável apenas por uma fração assaz reduzida da produção total global.

Apesar da inexistência, ao menos num exame preliminar, de uma relação para com o ciclo como foi por Keynes definido, a ocorrência daquelas crises não-cíclicas, podem provocar, por exemplo, restrições na oferta de matérias primas indispensáveis, ou de difícil substituição, que venham a desencadear flutuações significativas na produção e no emprego. Trata-se de fenômenos circunstanciais não enquadráveis na investigação sobre as leis que regem os movimentos, ditos regulares, do sistema, todavia, a despeito da ausência de uma correlação prévia, a provável desorganização dos fluxos produtivo e comercial que se deriva de uma crise não-cíclica pode ser vigorosa e acabar provocando alterações no que seria o andamento normal do ciclo. Além disso, os seus impactos poderão ser consideravelmente hipertrofiados a depender das transformações engendradas no seio das expectativas.

Voltemos agora nossos olhares em direção à taxa de juros – item para o qual Keynes se mostrou mormente atento – e a sua marcha costumeira no decurso das fases pertencentes ao ciclo econômico. No ápice da etapa expansionista, a taxa de juros sofre pressões altistas como subproduto de um acréscimo na demanda por moeda que aparece como reflexo do aumento na quantidade de transações dado o suposto crescimento real da renda corrente e dos movimentos especulativos que acompanham, por excelência, as economias de mercado capitalistas. Contudo, dado o frenesi dos mercados, num panorama expectacional demasiado otimista, o investimento não chega a contrair-se, ao menos não significativamente, mesmo que vis-à-vis a uma taxa de juros tida como elevada.

A taxa de juros é, por certo, crucial na determinação do montante de investimento produtivo e sua manutenção em níveis suficientemente baixos, no intuito de numa frente

estimular esse gênero de investimento e noutra desencorajar aplicações no domínio financeiro, é de importância ímpar para o bom desempenho do sistema e para a sua sustentabilidade no longo prazo. No entanto, Keynes considera ser um equívoco grave, apesar de usual, acreditar no denominado “remédio monetário”, ou seja, na possibilidade de se alavancar uma economia em depressão puramente através da manipulação da taxa de juros. Acreditar nesta explicação significaria alegar que as autoridades monetárias não teriam maiores dificuldades para estancar o problema da crise, ou seja, que a restauração de um nível de investimento satisfatório para o estabelecimento da retomada do crescimento das economias atingidas seria feita via gerenciamento da taxa de juros de mercado, coisa que, na prática, não ocorre.

A questão elementar que aqui se coloca advém da disseminação de um diagnóstico desacertado acerca da gênese das crises cíclicas, qual seja, a crença de que a taxa de juros relativamente elevada seria a sua causa primária. Posicionando-se em sentido contrário, Keynes é categórico ao afirmar ser o colapso da EMgK o responsável pela ocorrência das crises. Ainda assim, com isso ele não quer dizer que tal movimento ascensionista dos juros não tenha o poder de acelerar e ou instigar o estouro da crise – e num segundo momento aprofundá-la, configurando-se como um obstáculo robusto ao processo de reversão da tendência depressiva – mas simplesmente, reforça a ideia de que, sendo o investimento a variável primeira que se encontra no cerne da determinação do produto e do emprego, a origem de movimentos regulares que desenham a trajetória cíclica do sistema capitalista manifesta-se, necessariamente, como subproduto de sua cinesia.

De maneira diametralmente oposta à tradição da escola neoclássica, que advoga pela neutralidade da moeda, Keynes, ao descrever as funções por ela exercidas, explicita a percepção de que, para além de unidade de conta e meio de troca indispensável para realização de transações comerciais corriqueiras, a moeda é também reserva de valor. Essa convicção básica, por si só, já evidencia o fato de que a economia em Keynes é essencialmente monetária e sua dinâmica não é passível de apreensão quando descolada da clareza quanto a esse aspecto. Assentado nessa premissa, vai fundamentar um dos seus conceitos precípuos imprescindível para a compreensão dos ciclos e ao qual dedica o capítulo 15 da sua Teoria Geral, isto é, a preferência pela liquidez. Ainda em meio à discussão acerca da determinação da taxa de juros, no capítulo 13, quando introduz

parcialmente o conceito de preferência pela liquidez, Keynes busca uma explicação para a tendência observada que parece guiar os indivíduos no sentido de reter dinheiro líquido. Segundo ele, quando do recebimento de sua renda corrente, o indivíduo depara-se primordialmente com a tarefa de decidir como irá dividi-la entre consumo presente e futuro. Após esta primeira etapa, caso haja poupança, ele ainda deve decidir sob qual forma gostaria de manter esse rendimento excedente, isto é, precisa escolher entre as opções de: 1) preservar sua riqueza em forma líquida via retenção de papel moeda e ou depósitos à vista ou 2) efetuar aplicações de caráter financeiro ou, ainda, um misto de ambos.

Tendo em mente que, na ótica keynesiana, a taxa de juros é a recompensa pelo ato de abdicar da liquidez e que a conservação de moeda não gera nenhum tipo de rendimento efetivo – posição esta que será questionada pouco mais tarde por Friedman e os demais representantes da corrente monetarista⁹ –, buscando desvendar o que fomenta o desejo do público pela liquidez em detrimento da possibilidade de desfrutar de um acréscimo na renda futura, Keynes chega à conclusão que existem três razões pelas quais ele costuma o fazer, quais sejam: o motivo transação, o motivo precaução e o motivo especulação. A combinação desses motivos converte-se na curva de preferência pela liquidez que, ao interagir com a quantidade de moeda ofertada na economia, estabelece a taxa de juros de mercado. Percebe-se aqui, mais uma vez, a negação por parte de Keynes de parcela importantíssima da hipótese neoclássica ao afirmar que a taxa de juros não é o produto do equilíbrio entre a poupança e o investimento.

Posto isso, Keynes vai alegar ainda que ambos os motivos, de transação e de precaução, – que elucidam a necessidade de manter papel-moeda ou depósitos à vista com o intuito de cumprir o pagamento de obrigações cotidianas e precaver-se frente a possíveis incidentes e oportunidades não esperadas, respectivamente – possuem uma elasticidade-juros próxima à zero. Desse modo, tanto um quanto o outro reage timidamente às variações na taxa de juros, sofrendo alterações, de modo geral, apenas como função do fluxo da renda corrente. Resta-nos atentar para o motivo especulação que, por sua vez, pode ser considerado a raiz primeira das mutabilidades averiguadas na alçada da

⁹ Milton Friedman, grande expoente da famosa escola monetarista de Chicago, é, reconhecidamente, um dos maiores críticos da obra de Keynes, o que justifica o fato de que o seu legado consiste no núcleo do que muitos autores vão denominar de a “contra-revolução keynesiana”. Para aprofundar esta questão, ver Ferrari Filho (1996).

preferência pela liquidez e um fator-chave na demarcação dos ciclos.

O motivo especulação está no cerne das flutuações da função de preferência pela liquidez, sendo o eixo sem o qual não seria possível explicar a inconstância que lhe é característica. Enquanto a decisão de preservar parte dos rendimentos em sua forma mais líquida, pelas razões de transação e precaução, é incitada pelo desempenho do conjunto da economia e, é claro, pela renda, o ímpeto especulativo é guiado pelo movimento esperado da taxa de juros. Assim sendo, o estado de preferência pela liquidez está sujeito à faceta, por essência, volátil, do motivo especulação que, estando sob o jugo patente das expectativas, mostra-se particularmente sensível ao que Keynes chamou de psicologia de massa. Destaca-se aqui o fato de que as oscilações na taxa de juros de mercado podem advir tanto da reação da demanda por moeda frente ao trajeto da orientação da política monetária, bem como da situação das expectativas, não obstante, ambos os movimentos possam ocorrer de forma simultânea, – como produto ou não do intento das autoridades monetárias – no terreno das chamadas operações de mercado aberto.

No momento da recessão, a preferência pela liquidez tende a aumentar, não por um estímulo suscitado pela renda, mesmo porque ela costuma entrar em declínio nesse ponto do ciclo e, em tese, exerce influência em direção contrária, mas sim pela difusão da incerteza que atinge as expectativas em cheio, operando de modo a reforçar a tendência estagnacionista. Imbuídos do pessimismo – sintomático no universo do capital individual –, que afeta depressa o comportamento do conjunto da sociedade no pós-crash, os indivíduos passam a revelar uma maior predisposição a conservar moeda e, em concomitância, uma forte inclinação rumo à redução de suas propensões marginais a consumir, mesmo quando a maioria deles não possui nenhuma perda material diretamente ocasionada pela performance do mercado financeiro. Dada a insegurança quanto ao futuro, essa inclinação dos agentes no sentido de uma provável dilatação da preferência pela liquidez gera novas pressões para a elevação da taxa de juros e cristaliza-se como uma trava à recuperação da economia, pois atua pró-ciclicamente, desfavorecendo o eventual surgimento de novos investimentos produtivos.

Na fase ulterior ao estouro da crise, além dos juros altos que desamparam os investimentos em potencial – com destaque para a produção de máquinas e equipamentos – dificultando a reanimação da economia, da tendência ao aumento da

preferência pela liquidez e da queda, geralmente acentuada, na propensão a consumir, o terrível estado das expectativas penetra os mais variados aspectos da vida social. Nessas circunstâncias, multiplicam-se também as fragilidades do ponto de vista institucional, bem como das relações político-sociais, seja interna ou externamente.

Tendo em consideração que, para Keynes, é o investimento a variável-chave que vem a orquestrar o ritmo de desenvolvimento dos ciclos econômicos, parece um tanto evidente o fato de que a trajetória de reabilitação das economias só pode cumprir-se com sustentabilidade a partir da regeneração da EMgK. Essa tarefa de reacende-la, entretanto, não é nada simples. Como já foi mencionado, a exclusiva redução da taxa de juros é insuficiente para engatar o crescimento, logo, distingue-se nesse ponto a figura da confiança, diretamente subordinada ao arbítrio das expectativas dos agentes e, por conseguinte, à volatilidade que lhes é característica. Dentre os elementos pertencentes à tríade que define a EMgK, é justamente a dimensão expectacional aquela que impõe os mais complexos obstáculos frente à recuperação, desse modo, faz-se necessário reerguer um cenário favorável ao investimento, principalmente na indústria de bens de capital. A centralidade deste setor específico se justifica pelo fato de que ele implica, por natureza, altos riscos e requer uma estrutura que ofereça segurança e estabilidade para os investidores ainda abalados pelos prejuízos da recessão. Ao discorrer sobre a confiança, Keynes (1996, p. 296) afirma que este "[...] é o aspecto da depressão que os banqueiros e os homens de negócios insistem, com razão, em enfatizar, e ao qual os economistas crentes na eficácia de um remédio 'puramente monetário' não dispensaram a atenção que merece."

Ao discutir o processo de reversão do quadro recessivo, Keynes vai ainda criticar a posição de teóricos das chamadas correntes subconsumistas. Segundo ele, tais autores cometem o erro de enfatizar em demasia o papel do consumo no ímpeto de reanimar a demanda agregada e reestabelecer o crescimento econômico, quando, na sua visão, sem a retomada do investimento, não é possível fazê-lo. Conquanto reforce o protagonismo do investimento, Keynes não vai ignorar a relevância da propensão marginal a consumir, assumindo inclusive, que a cura da depressão pode ser produto de ações combinadas que tenham como escopo reforçar ambas as frentes. Ainda assim, apesar de creditar considerável poder ao consumo, Keynes não deixa de chamar à atenção para as suas incontornáveis limitações. O refreamento dessa variável torna-se bastante claro

quando observamos como aumentos da renda corrente provocam elevações na propensão a poupar, o que evidencia o fato de que o ritmo de crescimento do consumo não acompanha aquele referente ao crescimento do produto.

Lembrando que a EMgK é produto de três aspectos básicos, quais sejam: 1) da abundância de bens de capital; 2) do custo corrente da produção destes bens e 3) das expectativas quanto aos rendimentos por ele fomentados, Keynes vai atentar para a formação dos estoques, explicitando que eles consistem numa variável explicativa crucial para a compreensão da dinâmica temporal dos ciclos. Ele constata que o reaparecimento de novos investimentos está rigorosamente condicionado à magnitude dos estoques, sendo a duração das depressões função do tempo de absorção dos estoques acumulados, sejam eles constituídos de matérias-primas ou de bens finais.

Não é à toa que existe uma certa regularidade temporal na demarcação das etapas do ciclo e que elas acompanham intimamente a progressão dos estoques. Seguindo essa lógica, mesmo que houvesse uma inexplicável recuperação prematura da confiança junto ao estabelecimento de uma taxa de juros tida como convidativa, novos investimentos só seriam reativados a partir do esgotamento dos estoques existentes, a não ser que estes fossem destruídos como resultado de uma decisão estratégica ou de uma fatalidade qualquer.

Uma vez instalada a crise e sabendo-se que, em última instância, é o desejo desenfreado de acumulação do empresário capitalista a mola propulsora da atividade econômica, a tarefa de despertar o famoso *animal spirit*, momentaneamente enfraquecido, torna-se vital. Diante da subjetividade inerente às decisões empresariais, da fragilidade e inconsistência que marcam o transcurso de formação das expectativas e das evidentes flutuações do produto e do emprego – que se mostraram particularmente nefastas no período da Grande Depressão –, a defesa incondicional das proposições neoclássicas tornava-se cada vez mais incoerente, o que abriu caminho para a sua crítica, ou melhor, o que abriu caminho para Keynes.

A apologia ao liberalismo econômico, posto pela ortodoxia como elemento indissociável ao capitalismo, e a derivada aversão à presença do Estado na economia foram introjetadas na mentalidade do grande público, constituindo um obstáculo concreto à aceitação do receituário reformista keynesiano. A noção, já assimilada pelo

senso comum, de que uma convergência espontânea das ações individuais provocaria, sob a tutela da *mão invisível*, o estabelecimento de um cenário de equilíbrio nas chamadas economias de mercado gerava grande resistência à ação dos governos, que quando extrapolavam suas funções primordiais, nessa perspectiva, não faziam mais que distorcer a harmonia do fluxo de atividades econômicas.

Dito isso, para os economistas do *mainstream*, o papel do Estado deveria restringir-se a funções pontuais, como aquela de fiscalizar o cumprimento dos contratos ou ainda de proteger incondicionalmente a propriedade privada, isto é, de modo geral, garantir a manutenção das condições mínimas de segurança para o pleno funcionamento da engrenagem capitalista. O intervencionismo estatal representava assim, num olhar ortodoxo, um entrave à inteireza do livre mercado. O advento da crise de 1929, entretanto, aparece como estorvo no caminho daqueles que cultuavam a impecabilidade do capitalismo desprendido, autônomo e irrestrito. Como ponderou Mazzucchelli (2013), foi justamente a disseminação desregulamentada de práticas financeiras de alto risco, infladas pelo ímpeto especulativo do capital em sua marcha acumulativa que, em meio ao otimismo típico da fase expansionista do ciclo, impulsionou a expansão desmedida do crédito, culminando, como é próprio da natureza do sistema, no rebentamento da crise.

Face às manifestações concretas que revelavam ser inexistente a imaginada faculdade de auto gerência dos mercados ou, em outras palavras, já instalada a depressão, tornava-se fundamental, pelo prisma Keynesiano, a tomada de medidas imediatas no sentido de, antes de tudo, promover a manutenção de nível mínimo de liquidez que possa conter a propagação descontrolada da insolvência e o agravamento da crise. Seguindo tal lógica, manter uma conduta de austeridade pró-cíclica, como pretendiam os economistas de orientação ortodoxa, era um deslize preocupante, quiçá irreversível. Já num segundo momento, quando do restabelecimento da trajetória expansionista, tornava-se imperioso consolidar a formação de forte estrutura institucional, centralizada na figura do Estado que, por sua vez, deveria não só possuir respaldo junto à sociedade como estar habilitada para exercer a função vital de regulamentação do conjunto da atividade econômica.

A primazia do investimento, como variável autônoma, no que tange à determinação do produto e do emprego nas economias monetárias de produção, conforme Keynes as

descreveu, deve servir como horizonte no processo de definição da extensão do papel Estatal na coordenação do sistema. Desse modo, as ações do Estado girariam em torno, principalmente, de garantir que o fluxo de investimento permaneça em sintonia com o ritmo de progressão dos ciclos. O intervencionismo se consolidaria, então, a partir de articulações em duas dimensões distintas, sendo a primeira delas o gerenciamento do mercado monetário – evitando os prejuízos advindos da alta volatilidade dos juros, bem como do valor da moeda –, e a segunda seria a chamada “socialização do investimento” (CORAZZA, 1986).

Corazza (1986) destaca, todavia, uma questão de importância cabal no debate acerca daquilo que foi por Keynes proposto: as fronteiras do Estado. Enfatizando que o alcance das medidas promovidas pelo Estado keynesiano limita-se à capacidade de apenas suavizar as oscilações que interceptam a trajetória de desenvolvimento capitalista, demonstra que não há nenhum indicativo de controle absoluto por parte deste Estado ou, em outras palavras, por mais que as suas forças unificadas apareçam como um agente estabilizador dos ciclos, elas não são preponderantes ao ponto de deter permanentemente as tendências que emanam do próprio *modus faciendi* da acumulação capitalista. Isso posto, o nível de produção permanece à mercê de fatores que extrapolam as habilidades de gerenciamento de todo e qualquer governo, não havendo nenhum mecanismo que venha a garantir o pleno emprego e muito menos o seu equilíbrio estático de longo prazo, como supunham os neoclássicos.

Se é, como enxergou Keynes, reconhecida a existência dos ciclos econômicos e, por consequência, a insustentabilidade das trajetórias de desenvolvimento das economias regidas sob a égide da doutrina do *laissez-faire*, evidencia-se o fato de que a figura do Estado é visceral na tentativa de promover alguma estabilidade no seio dos movimentos oscilatórios do sistema e de evitar, na medida do possível, os episódios de crise. A ação do Estado não deve funcionar como mera válvula de escape acionada unicamente como resposta ao advento da crise. Pelo contrário, a manutenção de políticas contra cíclicas não restringe-se ao momento da recessão, logo, o trabalho de acompanhar os movimentos do sistema com o propósito de minimizar as flutuações a ele inerentes é um processo continuado que não seria factível se deixado nas mãos da iniciativa privada.

Sabe-se, porém, que o fenômeno da estagflação dos anos 1970 e a consecutiva crise do *Welfare State* provocaram um indubitável enfraquecimento da macroeconomia

keynesiana – ou, melhor dizendo, da macroeconomia neokeynesiana, levando em conta que tais formulações já são frutos de interpretações consideravelmente distintas daquilo que foi originalmente construído por Keynes. A perda do protagonismo dessas correntes vinculadas, mesmo que remotamente, à *Teoria Geral* consolida-se com a reestruturação do pensamento ortodoxo sob a forma do que viria a ser chamado de neoliberalismo. Tais acontecimentos afetaram duramente a posição da obra de Keynes, bem como de seus seguidores, no embate teórico internacional da ciência econômica, em especial nas duas últimas décadas do século XX. Contudo, o ressurgimento de uma crise sistêmica em 2008 que mostrou guardar indiscutível identidade com o que Keynes havia descrito de modo tão exímio, mesmo que mais de 70 anos antes, suscitou o resgate de sua obra, trazendo-a de volta ao centro das pautas de discussão sobre a dinâmica do sistema capitalista de produção, de onde, para muitos, nunca deveria ter saído (FERRARI FILHO; TERRA, 2011).

3 A INFLUÊNCIA DO LEGADO KEYNESIANO

Como já foi previamente aqui elucidado, a Grande Depressão representou não só golpe certo e crucial para a derrocada do ideário liberal, mas também mostrou ser elemento de fundamental importância para a consolidação daquela que ficou conhecida como a Revolução Keynesiana. O simbólico episódio ratificou a incapacidade da teoria neoclássica no que se refere ao empenho de interpretar a realidade das economias capitalistas de produção. Desse modo, o apelo liberal-burguês perdia influência na medida em que os efeitos da crise se propagavam no tempo e no espaço. Ademais, com a ulterior disseminação dos ensinamentos da *Teoria Geral*, publicada em 1936, juntamente com o progressivo sucesso das políticas do *New Deal*, tornava-se cada vez mais difícil ignorar tanto as evidências históricas *per si*, como a sua interpretação através do olhar de John Maynard Keynes.

A popularização da obra de Keynes trouxe consigo o aparecimento de múltiplas leituras que, muitas vezes – deliberadamente ou não –, deformaram aquilo que foi pensado pelo autor britânico. Como descreveu Ferrari (1991), a concepção de economia monetária originalmente desenvolvida por Keynes na *Teoria Geral* tem como pilares fundamentais as suas hipóteses acerca da determinação: a) do investimento, pautada no conceito de Eficiência Marginal do Capital; b) da renda, centrada nas noções de multiplicador e de propensão ao consumo e c) da taxa de juros, desdobramento da sua exposição acerca da preferência pela liquidez revelada pelos agentes econômicos. Entender propriamente e aceitar tais premissas significa negar qualquer análise que caminhe no sentido de representar o sistema capitalista como estrutura aprioristicamente capaz de se equilibrar autonomamente de forma harmônica.

Desse modo – como é comum para a grande maioria das obras de conteúdo revolucionário, particularmente no campo das ciências sociais –, as interpretações da *Teoria Geral* foram subdividindo-se em diferentes vertentes consideravelmente discrepantes. Seguindo a sistematização proposta por Ferrari (1991; 1996), essas leituras decompõem-se em dois grandes grupos: o primeiro deles formado pelo conjunto de autores que fazem a análise da teoria keynesiana conciliando-a, em maior ou menor grau, com os fundamentos neoclássicos e o segundo unido por aqueles que se empenham para garantir a conservação dos pressupostos basilares do pensamento de

Keynes e, em concomitância, a desconstrução do paradigma ortodoxo.

Em virtude da gradual perda de credibilidade do seu arquétipo – cujo sustentáculo central é a concepção do equilíbrio geral como produto da força do mercado e de sua “mão invisível” – a corrente neoclássica se vê obrigada a renovar-se de alguma maneira. Tornava-se assim indispensável uma ação no sentido de atualizar o seu arcabouço teórico-explicativo, de modo a aproximar os seus modelos à realidade inescapável trazida pela figura das crises. Diante do contexto histórico, as adaptações da teoria aparecem, antes de tudo, como uma necessidade, ou mesmo como estratégia de sobrevivência para os autores vinculados a essa tradição. Não obstante, aceitar inteiramente a interpretação do sistema capitalista da maneira que Keynes o concebeu, ou seja, instável por excelência, seria lançar as bases para possível profusão de ideias que fomentem a necessidade de superá-lo, mesmo sabendo que o projeto keynesiano era reformista.

Ainda assim, qualquer tipo de questionamento em relação à eficiência da ordem político-social burguesa – que obtinha sua legitimação científica no bojo da teoria neoclássica – poderia representar potencial ameaça, especialmente frente ao avanço do comunismo que além de tudo se fortalecia com a crise no ocidente. Posto isso, começam a aparecer trabalhos que, ao incorporar apenas parcialmente o pensamento de Keynes, deturpam a sua essência. Consolida-se assim uma proposta híbrida, incapaz de libertar-se do caráter estático e da perspectiva equilibrista dos modelos tradicionalmente ortodoxos.

O trabalho que preconiza o movimento que ficará conhecido como a macroeconomia da Síntese Neoclássica¹⁰ – ou o filho bastardo de Keynes como proferiu Joan Robinson – é escrito ainda em 1937 por John Hicks e intitula-se *Mr Keynes and the Classics: A Suggested Interpretation*. O modelo Hicksiano¹¹ IS-LM ainda constitui o eixo norteador central para o ensino de macroeconomia em grande parte das universidades ao redor do

¹⁰ Ou Síntese Keynesiano-Neoclássica, conforme Oreiro (2008).

¹¹ Apesar de ser fruto, inicialmente, do trabalho de Hicks, ao longo dos anos o modelo recebe distintas contribuições que o aprimoram. Primeiramente, destaca-se aqui aquela dada por de Alvin Hansen. Depois dela, o modelo passa a ser denominado Hick-Hansen. O trabalho de Patinkin também oferece contribuição importante nos anos 1950 (FERRARI FILHO, 1991). Mais tarde, Robert Mundell e Marcus Fleming promovem a inserção da chamada curva de balanço de pagamentos, adaptando o modelo à análise de economias abertas e formando o modelo IS-LM-BP.

mundo. Tal construção, além de escorar-se no equilíbrio de Walras, ignora conceitos imprescindíveis na visão Keynesiana, como é o caso da incerteza e da ação das expectativas na dinâmica das economias capitalistas. Ao destrinchar, então, o funcionamento do sistema, descrevendo-o através de seus diagramas, busca demonstrar a existência de equilíbrios sincrônicos entre o mercado monetário (curva LM) e o mercado de bens e serviços (IS). Essa compartimentalização da análise evidencia também o fato de que Hicks não rompe plenamente com a perspectiva dualista neoclássica que advoga pela neutralidade da moeda. Portanto, se por um lado incorpora formalmente a preferência pela liquidez, admitindo a função de reserva de valor da moeda, por outro, a tolhe quando subdivide a análise em duas esferas, real e monetária¹² (FERRARI FILHO, 1991).

O caminho traçado por Hicks e por seus sucessores de modo geral dirige-se finalmente, como descreve Ferrari Filho (1991), para a ilação de que o estado de desemprego involuntário – e, por extensão, os desequilíbrios e as possíveis crises deles resultantes – consiste apenas num cenário específico da estrutura elaborada pelos economistas clássicos. Para esta visão, não há, portanto, uma incompatibilidade entre os modelos neoclássicos e keynesiano e existe a possibilidade de acoplá-los, já que, enquanto o esqueleto de análise ortodoxo não fornece explicações acerca dos episódios das depressões, Keynes o faz.

Nessa perspectiva, o caráter instável das economias capitalistas identificado por Keynes restringir-se-ia ao curto prazo. Logo, como aponta Oreiro (2008), para os autores da síntese, os descompassos entre oferta e demanda aparecem, basicamente, como resultado da inexistência de flexibilidade nos preços e salários nominais. Tal condição de rigidez só se desfaz num horizonte de longo prazo quando, inevitavelmente, conforme o receituário tradicional neoclássico, restaura-se a situação de equilíbrio com pleno emprego. Esses economistas confinam as flutuações e as crises cíclicas descritas por Keynes, não só no sentido da limitação de sua temporalidade ao curto prazo, mas também deturpam a origem a elas imputada por Keynes. Assumir a ideia de que a índole do capital é intrinsecamente instável trata-se de condição *sine qua non* para a

¹² Em linha semelhante àquela proposta pelos autores dos modelos do tipo IS-LM, como ressalta (FERRARI FILHO, 1991), se desenvolveram os denominados modelos de desequilíbrio, cujos principais expoentes foram Clower e Leijonhufvud. No entanto, estes trabalhos não obtiveram a mesma notoriedade que os primeiros.

compreensão da *Teoria Geral* keynesiana, nesse sentido, é um sério equívoco confinar a predisposição natural do capitalismo à instabilidade e as crises a uma questão meramente institucional, como pretendem os “keynesianos bastardos”.¹³

Fazendo forte oposição à perpetuação do paradigma do equilíbrio e à adoção seletiva dos preceitos macroeconômicos da *Teoria Geral*, isto é, ao reducionismo característico da Síntese Neoclássica¹⁴, situam-se os pós-keynesianos. Buscando então retomar o pensamento de Keynes mais fielmente, esses economistas se separam entre dois agrupamentos¹⁵, quais sejam, o círculo vinculado à tradicional escola de Cambridge, precursores no que toca a formalização da crítica à síntese neoclássica, e os designados “fundamentalistas”¹⁶, que aparecem pouco mais tarde, na década de 1970, e cujos nomes mais proeminentes são os de Paul Davidson e Hyman P. Minsky (FERRARI FILHO, 1991).

Enquanto a primeira vertente tem como trabalho vanguardista o modelo Harrod-Domar¹⁷ e como problemáticas centrais as questões do crescimento e da distribuição da renda no longo prazo, a segunda se dedica à tarefa de aprofundar a discussão de Keynes acerca das decisões de investimento em meio à incerteza que distingue as economias monetárias de produção. Apesar de possuir focos diferentes, as produções teóricas de ambos os grupos dentro do pós-keynesianismo são convergentes e possivelmente complementares (OREIRO, 2008).

Destaca-se aqui ainda as formulações dos chamados Novos Keynesianos que aparecem no princípio dos anos 1980 com o objetivo de fazer frente ao enfraquecimento dos modelos “keynesianos” da síntese neoclássica, contrapondo-se à ascensão dos

¹³ Para Keynes, a retomada de uma posição de equilíbrio – que não necessariamente será de pleno emprego, ou melhor, dificilmente o será – requer a ação do Estado como agente regulador e promotor de políticas combativas à tendência depressiva que sucede o estouro das crises com o intuito de reanimar a EMgK e, por conseguinte, o investimento. Nesse sentido, não há nenhum tipo de mecanismo que, a priori, seja capaz de findar os desequilíbrios e reequilibrar o jogo entre oferta e demanda automaticamente

¹⁴ O próprio Keynes afirmou que aquilo que foi posto por John Hicks não condizia propriamente com as suas hipóteses.

¹⁵ Trata-se aqui de uma sistematização mais geral, seguindo a elaboração de Ferrari Filho (1991). No entanto, sabe-se que com a publicação da *Teoria Geral* surgem outras ramificações interpretativas que não se enquadram, necessariamente, na classificação aqui utilizada.

¹⁶ Ou “Keynesianos americanos” (OREIRO, 2008).

¹⁷ Além desse trabalho primordial, destacam-se aqueles desenvolvidos posteriormente por Kaldor, Pasinetti e Robinson.

economistas Novos Clássicos liderados por Lucas e Sargent. Estes últimos buscam sublevar edifício teórico de base essencialmente neoclássica e apresentam como novidade a utilização do conceito – cujo desenvolvimento foi feito por Muth (1961) – das expectativas racionais. A concepção surge como uma espécie de válvula de escape que atua relativizando a função da incerteza na dinâmica das economias capitalistas e, portanto, desconstruindo o elemento medular do modelo keynesiano dos ciclos econômicos (FERRARI FILHO, 1996).

A resposta Novo-keynesiana vai alçar-se no emprego de instrumentos de análise microeconômicos que, a princípio, derivam-se da macroeconomia da *Teoria Geral*. Essa vertente tem como objeto de pesquisa aquele que consideram ser o problema essencial trazido por Keynes no ímpeto de explicar as flutuações cíclicas do sistema, ou seja, a rigidez salarial e dos preços. Esse diagnóstico constitui um desacerto na interpretação da *Teoria Geral*, já que na obra o autor atribui claramente a origem das oscilações na trajetória das economias capitalistas ao investimento e, portanto, a uma disfunção da demanda agregada e não da oferta, como pretendem os Novos Keynesianos.

Os Novos Keynesianos¹⁸, assim como os autores da síntese neoclássica, distorcem – cada um à sua maneira – a construção teórica originalmente desenvolvida por Keynes. Tal afirmação justifica-se pelo fato de que ambos violam preceitos substanciais¹⁹ sem os quais toda a esquemática explicativa montada pelo autor perde seu sentido. Conclui-se assim que os economistas dessas duas vertentes não foram exitosos nos seus esforços de compreender e representar a célere e sagaz dinâmica capitalista e a sua tendência imanente às crises como Keynes havia tão habilmente desenhado.

Contrariamente, os pós-keynesianos, dentre as correntes que foram aqui brevemente expostas, aparecem como os únicos que se mostraram capazes de entender o trabalho de Keynes como obra de fato revolucionária, afinal, ela desconstrói por completo os axiomas básicos da teoria neoclássica até então dominante. Tendo em vista a extensão dessa ruptura, a conciliação teórico-analítica entre estas duas visões não é possível – a não ser que se desfigurem premissas de ambos os lados. Enquanto para Keynes, como

¹⁸ Escola que tem como notórios expoentes autores como Bruce Greenwald, Joseph Stiglitz e Robert Gordon (FERRARI FILHO, 1996).

¹⁹ Com destaque para a importância ímpar das expectativas, da incerteza e da natureza inequivocamente monetária do sistema capitalista de produção.

elucida Cadim (1989), a hipótese neoclássica do equilíbrio de pleno emprego representa somente um cenário específico raramente verificável empiricamente, para os teóricos ortodoxos, aceitar o universo keynesiano significa negar a ideia de que o sistema é capaz de se auto expandir regular e harmonicamente. Sendo assim, quando por força da realidade concreta os autores ligados à ortodoxia sentiram-se pressionados a incorporar abstrações de inspiração keynesiana, o fizeram de maneira tortuosa, não fidedigna.

Diante desse movimento de distanciamento do que foi posto pela *Teoria Geral*, aqueles que se vinculam à vertente pós-keynesiana procuram negar as leituras que corrompem o âmago do pensamento de seu precursor, fazendo jus ao seu legado. Dentre os seus principais feitos, se sobressai o fato de que é no contexto do trabalho destes autores, em especial dos denominados “Fundamentalistas”, que se joga luz, nova e propriamente, sobre a moeda e o seu papel na determinação do metabolismo das economias capitalistas que, para Keynes, são eminentemente monetárias e, logo, propendem para a instabilidade.

Sabe-se que Keynes escreveu tendo, evidentemente, como pano de fundo o capitalismo da primeira metade do século XX. De lá para cá, porém, uma série de novos elementos históricos surgem e acabam por dar novas roupagens ao sistema, apesar de que a estrutura básica que o define como capitalista *par excellence* permanece. Dito isso, a contribuição dos economistas pós-keynesianos no sentido de ampliar analiticamente a aplicação da *Teoria Geral* é fundamental, uma vez que viabiliza a compreensão, a partir da visão de Keynes, das novas facetas que esculpem o capitalismo contemporâneo. No que tange ao estudo das crises econômicas, particularmente, desperta a atenção para a obra de Hyman P. Minsky cujo trabalho, que havia sido relativamente ignorado durante a vida do autor, ganha notoriedade quando do *crash* de 2008 e traz consigo, mais uma vez, a atualidade e acurácia do modelo construído por Keynes.

3.1 AS CRISES ECONÔMICAS SEGUNDO HYMAN P. MINSKY

Diante da já debatida impotência e apatia do *mainstream* quando da erupção da mais grave crise sistêmica desde a Grande Depressão, é ressuscitada uma busca por modelos capazes de descrever os movimentos das economias capitalistas que, notadamente – como mais uma recessão reitera –, divergem daquilo que é esboçado pelas formulações

cujas bases fincam-se no paradigma do equilíbrio neoclássico. A magnitude do choque e a violenta proliferação de seus danos reivindicam explicações que se encontram fora do alcance da doutrina ortodoxa. Tornava-se claro, mais uma vez, que seria no mínimo imprudente permanecer à mercê da eventual ação da “mão invisível” perante o quadro caótico e em constante aprofundamento observado. Era mister, portanto, obter bases sólidas tanto para o diagnóstico do fenômeno numa perspectiva teórico-analítica, quanto para a formulação de políticas combativas eficientes.

É nesse contexto, como afirma Conceição (2009), que as contribuições de origem heterodoxa despertam novo interesse, especialmente aquelas cujas bases encontram-se fincadas na teoria Keynesiana – emblemática no processo de restauração das economias no pós-*crash* de 1929. Em meio a esse processo é resgatado o pensamento do economista Hyman P. Minsky cuja obra, só vem a ganhar notoriedade após a sua morte. Contrariamente ao que propôs a síntese neoclássica, Minsky, assim como os demais autores da corrente pós-keynesiana, não vislumbrava sanar as deficiências da teoria ortodoxa, completando suas lacunas, mas objetivava emancipar-se definitivamente dela. Conforme Cardim (1989), esse ensejo parte da clareza de que a *Teoria Geral* forja concepções que são fruto de uma trajetória de construção do conhecimento independente e que não converge com os axiomas neoclássicos.

Dito isso, faz-se necessário aqui, primeiramente, retomar a ideia de que o fator substancial por trás do caráter revolucionário da contribuição de Keynes situa-se nas funções da moeda por ele reconhecidas e na sua subsequente concepção de economia monetária de produção. É esse o núcleo duro que vai nortear os autores pós-keynesianos e cuja apreensão e incorporação integrais os distingue das demais correntes que se utilizam, em maior ou menor grau, dos ensinamentos da *Teoria Geral*. Sabe-se que Keynes foi enfático quando afirmou ser a neutralidade da moeda a mais grave insuficiência dos modelos (neo) clássicos e que uma economia capitalista, seja no curto ou longo prazo, não pode ser pensada sem o devido entendimento da sua dimensão monetária. Para ele, em meio à imprevisibilidade quanto ao futuro – isto é, num ambiente propriamente incerto –, os agentes buscam instrumentos nos quais possam ancorar-se a fim de adquirir alguma segurança frente à possibilidade de erro na tomada de decisões. A moeda, como fisionomia geral e mais abstrata da riqueza, representa, assim, fonte de segurança e, por isso, o ato de mantê-la não deixa de ser um mecanismo

de defesa diante da hostilidade da incerteza não probabilística²⁰. Pode-se dizer então, grosso modo, que o comportamento dos agentes no sentido de escorar-se na moeda como medida de proteção se traduz no que Keynes chamou de preferência pela liquidez (CADIM,1989).

Tendo, portanto, como pilar central a concepção de economia monetária de produção de Keynes, os autores pertencentes à tradição pós-keynesiana têm como fito expandir o alcance analítico da *Teoria Geral* conforme a emergência de novas conjunturas históricas na trajetória de evolução capitalista, além de, por vezes, contribuir para o alargamento do corpo teórico preconizado por Keynes. O processo histórico e os fenômenos de natureza econômica por ele germinados propõem sempre novos desafios àqueles que buscam compreendê-los verdadeiramente. Por conseguinte, ainda que mantendo um eixo argumentativo medular, novas configurações impõem a necessidade de se realizar esforços no sentido de abarcar as transformações na morfologia do sistema, o aparecimento de novas categorias e suas formas de manifestação e interação.

As mais recentes expressões do capitalismo e a maneira como elas se desenvolvem – particularmente, sob os signos do neoliberalismo, da terceira revolução industrial e da reestruturação produtiva – foram objeto de estudo apreendido de maneira ímpar por Minsky. Com o cuidado de preservar os ensinamentos da *Teoria Geral*, a contribuição do autor destaca-se no que tange à assimilação do componente financeiro das economias capitalistas contemporâneas. Sua obra aparece como fonte poderosa no esforço de assimilar as mudanças que afetam a fisionomia do sistema, principalmente nas últimas décadas do século XX. A convicção de que o funcionamento do sistema capitalista contemporâneo, em sua dinâmica evolutiva cíclica, é ditado pela lógica das finanças constitui o escopo do legado Minsky e, conseqüentemente, a essência de sua explicação acerca das crises econômicas.

Minsky buscou, ao longo de sua jornada investigativa, desvelar os movimentos do sistema que considera ser embalado pelo “Paradigma de Wall Street”²¹, ou seja, pela noção de que, uma vez possuindo sistema financeiro bem sedimentado, economias capitalistas têm sua dinâmica por ele ditada. Nessa perspectiva, o aspecto monetário é

²⁰ Conforme já foi previamente revisado, no Capítulo 3 deste trabalho, esta não é a única função atribuída por Keynes à moeda.

²¹ Sobre a noção de “Paradigma de Wall Street” ver Lourenço (2006).

elementar; por isso, apreender o seu fluxo é condição necessária para o processo de determinação do produto e do emprego e o seu caminho flutuante. Essa visão consubstancia-se na sua Hipótese da Instabilidade Financeira (HIF) que é considerada a mais expressiva contribuição dada pelo autor²² (LOURENÇO, 2006).

O autor obteve pouca notoriedade em vida, tendo elaborado a quase totalidade de seus trabalhos num período marcado pela ascensão do monetarismo friedminiano e, posteriormente, pela disseminação do debate entre os Novos Clássicos e os Novos Keynesianos. Contudo, os últimos – como já foi previamente discutido –, a despeito da designação, pouco reforçaram o pensamento de Keynes no embate teórico travado. Assumindo posição antagônica, Minsky, declaradamente, procurou seguir os trilhos de Keynes, percebendo as economias monetárias de produção como organismos eminentemente instáveis que, quando eximidos de regulamentações adequadas, encontram-se em estado de vulnerabilidade e predispostos à ocorrência das crises e, por extensão, dos complexos períodos recessivos que a acompanham. Toda a sua produção, que extrapola a HIF gerando avanços em outros temas importantes da ciência econômica²³, teve então como referência central a economia monetária de produção como foi por Keynes concebida²⁴.

Nas palavras de Minsky (2009, p. 314), como

[...] teoria econômica, a Hipótese da Instabilidade Financeira é uma interpretação do conteúdo da “Teoria Geral” de Keynes. Essa interpretação posiciona a Teoria Geral no tempo histórico. Uma vez que a Teoria Geral foi escrita no início dos anos 1930, a grande contração financeira e real dos Estados Unidos e nas outras economias capitalistas da época foi parte das evidências que a teoria buscava explicar.

²² Como ressalta Lourenço (2006), o conjunto da obra de Hyman P. Minsky – e isso inclui a HIF – passou por importantes transformações ao longo da trajetória acadêmica do autor. Levando isso em conta, foi usado como referência para esse trabalho, além de sua principal obra *Stabilizing an Unstable Economy*, fundamentalmente, artigo escrito por Minsky em 1993, momento de maturidade de sua obra e, logo, de cristalização do processo evolutivo da Hipótese da Instabilidade Financeira.

²³ Destacam-se assim suas análises acerca do fenômeno da inflação, das questões de cunho institucional e da crescente busca por inovações no âmbito do setor financeiro. Apesar de gozar de certa autonomia, seus estudos nestes domínios dialogam, de uma maneira ou de outra, com sua HIF (LOURENÇO, 2006).

²⁴ Apesar de ter como guia fundamental o arcabouço edificado por Keynes na *Teoria Geral*, Minsky é reconhecidamente influenciado pelas obras de Schumpeter e Alecki, como é possível observar em Minsky (2009).

Tendo como horizonte orientador as noções incerteza e de expectativas e buscando justificar a insustentabilidade do capitalismo regido pelo domínio das finanças, Minsky joga luz sobre aquela que considera ser a mais importante relação no que tange a determinação do nível de produção de uma economia capitalista, ou seja, a relação entre os empresários e as instituições financeiras. Tal afirmação advém de conclusão crucial da *Teoria Geral* que diz ser o investimento a variável-chave quando da determinação do produto e do emprego. Partindo desse pressuposto, a conexão que se estabelece entre capitalistas e banqueiros em prol, ao menos a princípio, do financiamento da produção, é um fator condicionante do processo de acumulação em si e, logo, deve constituir foco de extrema significância para a análise do *modus operandi* do sistema.

Haja vista que a decisão de investir e, como consequência, de dar continuidade à acumulação, depende das expectativas de lucro formuladas pelos empresários – sempre subjugados à incerteza –, o montante de endividamento que se estabelece como resultado da necessidade de financiar a produção também é balizado, em última instância, pela ação destas expectativas. Além desse primeiro ponto, adiciona-se aqui ainda o fato de que as expectativas de lucro, além de guiarem a formação do passivo total adquirido pelos capitalistas, são peças-chave no jogo que determina os preços correntes dos ativos negociados no mercado financeiro. Essa percepção explica como, uma vez iniciado, um movimento generalizado costuma se retroalimentar através da ação expectacional.

As relações financeiras, para Minsky, fazem uma ponte entre as decisões tomadas no passado – e pautadas em expectativas que, por sua vez, formaram-se de acordo com a experiência previamente adquirida –, o presente e as suas implicações futuras. Se somente no futuro se conhece efetivamente o destino da produção, ou seja, se ela se realizará ou não, não havendo nenhum tipo de garantia no momento em que o empresário decide o *quantum* a ser produzido, está posta, impreterivelmente, a possibilidade de não concretização do lucro esperado. Supondo que o produto não é absorvido pelo mercado, está comprometida a capacidade dos investidores de quitar suas obrigações adquiridas junto às instituições financeiras. É claro que, a depender do patrimônio da empresa, a não realização da produção pode não afetar, inicialmente, o cumprimento dos contratos, no entanto, sabe-se que tais prejuízos, por motivos óbvios, não podem estender-se indefinidamente.

A essa dinâmica, adiciona-se o comportamento adotado pelos banqueiros que, assim como os demais empresários, também têm como finalidade o lucro – mesmo sabendo que estes dois agentes o fazem de formas distintas. É nesse ponto que Minsky chama a atenção para uma questão crucial, qual seja, a de que os agentes dedicados à atividade bancária, de maneira análoga aos capitalistas, perceberam como as inovações podem atuar como mola propulsora para a obtenção de lucros mais elevados e, por conseguinte, representam uma arma vital no contexto da corrida concorrencial. Essa consciência estimulou um processo de transformação no setor bancário, particularmente a partir da disseminação da doutrina neoliberal e da consolidação da hegemonia do capital financeiro. Observa-se assim o surgimento de diversos instrumentos financeiros e uma tendência à sofisticação contínua das finanças de modo geral. Fortemente impulsionado pelos frutos da terceira revolução industrial, em especial, por seus efeitos sobre o ramo das telecomunicações, esse fenômeno vai instigar a consolidação de laços cada vez mais estreitos entre os mercados ao redor do mundo e da formação de uma cadeia internacional agudamente interligada.

Segundo Minsky, além da multiplicação e aperfeiçoamento dos recursos e instrumentos financeiros à disposição dos mercados, esse caminho rumo à sofisticação dos sistemas financeiros caracteriza-se ainda pela hipertrofia das estruturas intermediadoras e do consecutivo afastamento entre os agentes ditos tomadores e emprestadores. Nesses termos, delinea-se uma estrutura de relações financeiras nebulosa e de difícil supervisão que impõe obstáculos para o seu entendimento e o controle de sua movimentação no tempo. A universalização do capital financeiro, – que é produto direto das tendências evolutivas inerentes ao capitalismo, ou seja, endógenas, por excelência – cria uma rede excepcionalmente vulnerável dado o alto grau de interdependência estabelecido.

Empenhado em traçar as configurações sistêmicas de modo geral, – quando ao mesmo tempo que preserva a essência, atualiza o universo inicialmente vislumbrado por Keynes – Minsky vai delimitar assim as diretrizes que orientam as relações capitalistas numa economia monetária de produção sob a marco da hegemonia monetário-financeira, trazendo novos elementos importantes cristalizados na HIF. Apoiado nessas evidências, o autor parte para a exposição da tríade que resume os possíveis cenários relativos à “saúde” financeira dessas economias. Em linhas gerais, as categorias por ele definidas

explicitam as condições de pagamento dos devedores frente à soma de obrigações que assumiram, sendo que cada uma delas distingue-se, basicamente, pelo resultado da razão entre ativo e passivo das entidades em questão. São alcunhadas de *Hedge*, *Especulativa* e *Ponzi* as três feições que podem ser assumidas pelas unidades econômicas e que refletem diferentes estágios da relação supracitada.

São denominadas, portanto, de *Hedge* aquelas unidades cujos ativos superam, em cada momento, o passivo em sua totalidade, ou seja, tanto o principal quanto a remuneração dos juros referentes a financiamentos prévios podem ser quitados a partir do seu próprio lucro. *Especulativas* são aquelas unidades que, apesar de terem ativos suficientes para cobrir o pagamento de juros, não possuem em seus fluxos de caixas o necessário para cobrir o passivo principal. Finalmente, unidades que têm suas finanças classificadas como *Ponzi* são aquelas que não têm capacidade de honrar nem mesmo o valor referente aos juros.

Situando-se a partir dessa categorização elementar, Minsky desenvolve sua análise dos ciclos econômicos procurando assim explicitar o papel dos fluxos financeiros na sua determinação e cadência. Segundo ele, se as economias fossem constituídas sobretudo de unidades cujas finanças fossem caracterizadas como *Hedge*, elas deveriam apresentar, via de regra, um funcionamento harmônico e estável. Em sentido contrário, a propagação das posições *Ponzi* e *Especulativa* trazem consigo a desordem, gerando perturbações e, provavelmente, flutuações mais bruscas no produto e no emprego. Tendo consciência dessas circunstâncias, forçosamente deparamo-nos com o seguinte questionamento: por que as economias capitalistas parecem não conseguir permanecer, majoritariamente, na posição do tipo *Hedge*?

Na visão minskyana, apesar de gozarem da possibilidade de permanecer operando num cenário equilibrado, as entidades circunscritas ao *modus operandi* do capitalismo, mais cedo ou mais tarde, concretizam uma predisposição a cruzar os limites daquele que é considerado o lugar estável, lançando as bases para a consumação das crises. Essa transgressão nada mais é do que o resultado da perseguição do lucro, objetivo primeiro dos empresários imbuídos do famoso *animal spirit* keynesiano que lhes é característico. O que acontece é que, diante da prosperidade econômica e relativa harmonia de um período dominado pelas finanças *Hedge* e estimulados pela confiança devido à sintonia entre as expectativas e a realização da produção, os empresários passam a agir de

maneira mais ousada, buscando rendimentos mais elevados e, conseqüentemente, direcionando suas finanças a um plano de maior fragilidade.

Verifica-se aqui, novamente, a centralidade do componente expectacional, visceral no que tange à determinação do ritmo da ciranda financeira capitalista. A velocidade dos giros dessa ciranda, com frequência, retroalimenta, por si só, o impulso que uma vez iniciou o movimento, tornando-o mais voraz. Esse processo de retroalimentação, por seu turno, explica-se justamente pela ação das expectativas. Assim como foi para a *Teoria Geral*, o entendimento do papel desempenhado pelas expectativas é condição imprescindível para uma leitura correta da HIF e por conseguinte para a assimilação de como Minsky enxergava o percurso que leva as economias capitalistas aos colapsos financeiros

Sabemos que, seguindo o que foi concebido por Keynes, o comportamento empresarial é aquele que ocupa posição central na determinação do produto e do emprego, já que é ele o responsável por viabilizar o investimento – componente-chave da demanda agregada. Desta maneira, trata-se de uma teoria que tem como alicerce central o estudo dos processos decisórios dos empresários capitalistas em meio ao ambiente de incerteza que os circunda. Levando-se em consideração que a renda destas economias é refém das decisões destes empresários e que, *a priori*, não há nada que certifique o cumprimento de suas expectativas, Keynes vai concluir que o sistema, quando livre, está destinado a flutuar ciclicamente ao longo do tempo.

Com a HIF, Minsky, sem obstruir a essência da *Teoria Geral*, vai trazer à tona a influência do aspecto financeiro para o desempenho do sistema. Sua contribuição se dá no sentido de desobscurecer as relações características dos mercados financeiros e promove um avanço importantíssimo ao acoplar ao esquema keynesiano novas facetas assumidas pelas economias capitalistas em seu desenvolvimento mais recente. Sua obra amplia e enriquece o que Keynes propôs, aprofundando-se na explicação acerca de como as questões de ordem financeira integram os ciclos econômicos e dialogam com o processo produtivo.

Minsky, assim como Keynes, vai reputar a origem dos movimentos cíclicos das economias capitalistas e as crises que deles fazem parte à sua própria dinâmica interna, caracterizando-os assim como fenômenos endógenos. Seguindo tal raciocínio é evidente

que, ao contrário do que é pregado pela escola neoclássica, nenhum distúrbio estranho à natureza do sistema é necessário para que as crises econômicas se instalem. Por outro lado, o autor vai enfatizar – como também o fez Keynes – que os ciclos dos negócios são resultados de duas frentes, quais sejam: 1) a lógica de funcionamento do próprio sistema e 2) os mecanismos regulatórios estabelecidos para a sua manutenção. Em virtude disso, essa trajetória cíclica, pode ser suavizada através da ação do Estado como agente regulador. O estabelecimento de mecanismos de controle das finanças é, portanto, essencial para vedar a sua tendência imanente que as conduz a migrar para a posição *Ponzi*.

Não raro, porém, é possível identificar a realização de políticas mal orientadas que, contraditoriamente, nada fazem além de reforçar a tendência danosa de instabilidade financeira e produtiva. Um exemplo clássico dessas práticas tipicamente pró-cíclicas são as medidas de contração monetária executadas pelos governos de orientação ortodoxa nas guerras anti-inflacionárias por eles travadas. As referidas políticas de restrição monetária, afirmava Minsky, atuam aprofundando nas crises já instaladas, tornando *Ponzi* muitas das unidades Especulativas e direcionando aquelas que já eram *Ponzi* à situação de insolvência propriamente dita.

A contribuição deixada por Minsky, que ainda vem sendo objeto de exploração, fornece instrumentos poderosos para a análise das crises econômicas do capitalismo – apesar de não se reduzir unicamente ao estudo delas – e posiciona-se hoje no centro do debate que concerne o tema. A capacidade explicativa da HIF, evidenciada pelo estourar de mais um colapso financeiro observado no alvorecer do novo século – diga-se de passagem, apenas pouco mais de dois anos após a morte do autor – fez inclusive com que parte da mídia internacional apelidasse o episódio da crise de 2008 de “Momento Minsky”, como foi apontado por Conceição (2009).

Constata-se assim que o capitalismo que é descrito através dos olhos de Minsky distingue-se pela percepção de que seus fluxos fundamentais são hoje orquestrados, substancialmente, pela lógica financeira. Por esta razão, reconhecer que as novidades trazidas pela história da segunda metade do século passado transformaram a configuração do sistema, já que a manifestação dos fenômenos que lhe são próprios sofreram alterações significativas, é indispensável. Partindo desse princípio, é evidente que a realização de novos esforços analíticos, que vem se constituindo na tentativa de

abarcando essa realidade, torna-se prioridade para os economistas heterodoxos e, mormente, para os pós-keynesianos. Logo, nota-se que no âmbito desta diligência, a obra de Minsky, por certo, representa uma ferramenta extremamente rica e de grande importância para o aprofundamento da investigação em pauta.

4 A TEORIA DA CRISE EM MARX

4.1 A CRISE EM MARX ANTES DE *O CAPITAL*

A compreensão de que o processo de acumulação capitalista não se desenvolve de modo harmônico, – como pressupõe o paradigma equilibrista neoclássico –, e que apresenta historicamente uma trajetória errática e notadamente entrecortada pelo advento das crises econômicas, consiste no ponto de partida imperioso que vem a nortear toda a produção dos autores cujas obras foram elaboradas sob a influência da teoria marxiana. A diferenciação entre essa corrente e as demais escolas do pensamento econômico é, portanto, fruto da partilha de um arcabouço teórico-metodológico basilar comum, que justifica a classificação de diferentes abordagens como marxistas, tendo como premissa que as crises nada mais são que o rebento da própria dinâmica do capital em sua rota de acumulação (SHAIKH, 1983).

Verifica-se importante e distintivo consenso por parte dos autores marxistas no que toca a convicção de que a perspectiva analítica estática, que demarca o agregado de contribuições de inspiração ortodoxa, mostra clara insuficiência – quando se propõe a explicar a realidade concreta das economias capitalistas de produção. Ademais, destaca-se ainda o entendimento de que a dinâmica caótica de evolução do sistema parece mover-se no tempo de modo a intercalar períodos de expansão e recessão, caracterizando um percurso minado por descontinuidades, que, paradoxalmente, resulta na definição de certo grau de padronização. Em outras palavras, a intermitência traça um caminho cíclico²⁵ que se apresenta como padrão.

Contudo, essa unidade basilar não se expressa em outras dimensões, o que, por sua vez, instiga a formação de distintas perspectivas entre as teorias da crise no campo marxista. Desse modo, a despeito do aspecto metodológico e da premissa medular comum brevemente exposta acima, nota-se verdadeira pluralidade na percepção do fenômeno. Como subproduto dessa dissonância floresce um processo de ramificação, que se torna cada vez mais complexo diante do aprofundamento da análise. A consequente

²⁵ A noção de que a trajetória de desenvolvimento do modo de produção capitalista é marcada pela presença de ciclos perpassa a obra de todos os autores marxistas abordados neste trabalho e segue a linha de sistematização feita por Carcanholo (1996). Não obstante, os seus determinantes, forma de inserção e desencadeamentos, são elaborados de formas distintas. Nota-se, por exemplo, que os teóricos da chamada teoria marxista do colapso possuem concepção bastante singular quando da análise do problema em questão.

configuração de um quadro teórico dotado de inegável variedade interpretativa²⁶, visível na concepção de conclusões consideravelmente díspares, mesmo diante da partilha de um embrião comum, é o substrato para a formação de um debate extremamente pujante e rico, que costuma renovar-se sempre quando da insurgência de novas perturbações, como foi o caso da crise de 2008.

Levanta-se aqui a suposição de que, ao menos em parte, esse fracionamento pode ser explicado pela inexistência, no legado deixado por Marx, de uma sistematização mais concisa no que se refere à formulação de uma teoria da crise, como aponta Amaral e Carcanholo (2009). Nesse sentido, ressaltamos que as observações de Marx acerca da temática encontram-se dispersas ao longo de sua vasta produção intelectual, além de não terem sido propriamente concluídas em virtude de seu falecimento. Devido a isso, foram deixadas lacunas – muitas delas, todavia, preenchidas graças ao empenho de Engels, em particular no domínio dos volumes II e III de *O Capital* – que tolhem a realização de uma análise mais rígida e sequencial, abrindo espaço para o surgimento de leituras assaz divergentes.

Novas iniciativas com o fito de aprofundar os estudos das obras deixadas por Marx, em sua totalidade, aparecem, mormente no final dos anos 1990, e iniciam uma verdadeira onda de republicações. Vários manuscritos muito tardaram a serem publicados e ou traduzidos, o que restringia consideravelmente a amplitude do acesso a eles. Além disso, uma série de cadernos, cartas e anotações variadas vêm sendo gradativamente recuperados e disponibilizados para o grande público. Essa mobilização revela-se extremamente importante, sobretudo para o discernimento sobre a lógica sequencial que define sua produção teórica, bem como sua contextualização (MUSTO, 2011).

Dito isso, uma última²⁷, mas não menos importante, questão geral é atribuída aqui como razão de ser da pluralidade de interpretações marxistas observadas, a saber: as próprias transformações da concepção marxiana de crise de superprodução no decorrer de sua obra. No contexto de sua empreitada com o objetivo de desvendar o fenômeno, seus determinantes gerais, seu progresso, bem como a sua inserção no *modus operandi* da acumulação capitalista, a formulação construída por Marx, segundo Cipolla (2013),

²⁶ Essa diversidade entre os autores marxistas é ratificada e discutida por Carcanholo (1996), Shaikh (1983), Prado (2013) e Roberts (2014).

²⁷ A aceção destas explicações gerais não nega a existência e nem pretende reduzir a relevância de muitas outras.

passa por três estágios que possuem particularidades expressivas do ponto de vista do conceito de superprodução²⁸. Observa-se assim, um processo de evolução teórico-metodológica que tem início em suas primeiras menções à problemática e chega a sua maturidade com a redação de *O Capital* e a consolidação de sua crítica à economia política.

Essa evolução está intimamente ligada ao fato de que o interesse pela economia política surge pouco mais tarde para Marx. Os primeiros anos de sua trajetória intelectual foram marcados, como é amplamente conhecido, pelos estudos de disciplinas como o direito, a filosofia, a política e a história, assim, sua atenção só vem a ser dirigida propriamente para, a então jovem matéria, a economia política a partir de meados da década de 1840, quando da sua estadia em Paris. Naturalmente, no intervalo que aparta a data de sua iniciação na economia política e a elaboração de *O Capital* – símbolo da excelência e maturidade de sua contribuição na área –, Marx passa por uma jornada de intensa atividade de pesquisa que, além de requerer demasiado tempo, termina por misturar-se com as demandas oriundas da atividade jornalística, bem como aos seus compromissos de engajamento político-social, sobretudo na altura das revoluções instauradas na Europa entre os anos 1848 e 1849. O período atribulado, juntamente com a complexidade de um novo objeto de estudo, além do seu rigor e zelo singulares para com o trabalho fizeram com que a elaboração da obra econômica de Marx tenha se prolongado, a despeito, inclusive, do encorajamento dado por Engels, que acreditava na necessidade de publicar os seus textos mais rapidamente diante do contexto político favorável da época (MUSTO, 2011).

O primeiro momento, que compreende abordagens preliminares sobre a superprodução e tem como obra referencial o *Manifesto do Partido Comunista*, distingue-se por seu caráter deveras subconsumista²⁹, mas, sobretudo, pela carência de uma formalização teórica mais rigorosa. A relativa fragilidade verificada nos escritos deste período – que se estende até a redação dos *Grundrisse* – deve-se principalmente às condições objetivas de trabalho de Marx na época, já que o ofício de jornalista acabava por interferir na sua

²⁸ A revisão da transformação do conceito de superprodução ao longo da produção teórica de Marx aqui apresentada foi feita sob a luz do caminho traçado por Cipolla (2013).

²⁹ Vale destacar que, conforme Shaikh (1983), a tradição subconsumista antecede a formulação marxiana e tem como seus maiores expoentes Malthus e Sismonde de Sismondi, cujas contribuições foram criticadas no bojo da obra de Marx. Além disso, muitas das análises que se desenvolvem mais tarde no seio do subconsumo não possuem nenhum tipo de vínculo, ao menos direto, para com a elaboração subconsumista marxiana.

dedicação à produção teórica propriamente dita (CIPOLLA, 2013).

A atribuição de natureza subconsumista às crises econômicas pressupõe o imperativo de entendê-las como fruto de um problema de realização. A clássica contradição brilhantemente descrita por Marx entre as relações de produção³⁰ e o estágio de desenvolvimento das forças produtivas, neste caso, figura como elemento central para a compreensão do conjunto de fatores que culminariam na incapacidade de absorção do produto das economias capitalistas por parte dos seus mercados internos.

Basicamente, essa perspectiva defende que a afoiteza da tendência à valorização ininterrupta do capital – para a qual, a priori, não há fronteiras – encontra na impossibilidade de realização do valor nos mercados um obstáculo, ao menos em determinados momentos, incontornável. Isso se dá devido à manutenção do valor da força de trabalho como reflexo do suprimento das necessidades indispensáveis para a sobrevivência e reprodução da mão-de-obra, ou seja, o capitalismo é vítima das incongruências que emergem das suas próprias raízes e, por extensão, da continuação do movimento de suas engrenagens de modo geral.

Nesses termos, no enfoque subconsumista, a parcela do consumo realizada pela classe trabalhadora está então cronicamente comprometida dadas as leis de movimento do capital que impulsionam o aumento sistemático da sua exploração através da expropriação da mais-valia. O processo intensifica-se diante da tendência à substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto que decorre da busca por ganhos de produtividade, afetando de modo crescente e paulatino o poderio de consumo da mão-de-obra. Sabendo que, neste estágio inicial da concepção de superprodução marxiana, o papel do consumo dos trabalhadores é cabal para a determinação da demanda, torna-se evidente a tendência à saturação dos mercados sob a égide do capitalismo.

Os sucessivos acréscimos à produtividade do trabalho, como revérbero da Lei Geral de Acumulação do Capital, juntamente à estrutura concorrencial tipicamente capitalista são dois dos principais responsáveis por um processo de uniformização do comportamento dos empresários que aparece como reflexo da necessidade individual de galgar mais lucros a todo e qualquer custo. Seguir essa “conduta-padrão” nada mais é do que se

³⁰ Entende-se por relações de produção – como Marx as definiu – todas aquelas que se inserem, seja com maior ou menor peso, no processo de produção e reprodução da vida material dos agentes submetidos ao domínio do capital (MANDEL, 1982).

enquadrar a uma espécie de código de sobrevivência imposta pelo capital. Coagido por essas forças, o capitalista toma suas decisões acerca do *quantum* a ser produzido desconhecendo a situação de abastecimento dos mercados para os quais ele fabrica. Cristaliza-se assim uma situação em que cada empresário, como refém da lógica sistêmica e, logo, agindo em busca dos seus próprios ganhos, ignora, ainda que parcialmente, o universo no qual está inserido – parte disso explica-se pela simples incapacidade de apreender esse universo inteiramente e parte pelo ímpeto de acumular que o governa por excelência.

Tal disfunção é ratificada pela evidência de que, contrariamente àquilo que prega a célebre Lei de Say, inexistem mecanismos capazes de garantir a total absorção de sua produção pelo mercado. Partindo desse preâmbulo potencialmente hostil, instala-se um estado de indeterminação *sui generis* em que a realização ou não deste produto é mera questão de acaso. Ademais, a ausência de algum planejamento capaz de direcionar minimamente a produção no sentido de assegurar a sua consumação na esfera da circulação, como foi apontado por Engels em *A condição da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, é mais um fator que acaba por motivar a configuração do estágio de subconsumo nas economias capitalistas (CIPOLLA, 2013).

Como resultado, a oferta, numa perspectiva macroeconômica, tende a andar com suas próprias pernas, ainda que sem o suposto aval da demanda. Esse movimento de interdependência já é elucidado por Marx no contexto de seus comentários críticos acerca das conclusões de Pierre-Joseph Proudhon, em *Miséria da Filosofia*, que de acordo com Cipolla (2013), provavelmente contém a citação primordial na qual o autor faz uso da expressão “superprodução”. Essa é também a primeira publicação de Marx mais especificamente circunscrita à alçada da economia política, na qual o autor ataca o embasamento hegeliano do trabalho proudhoniano – doutrina já fortemente combatida por ele como produto inevitável do desenvolvimento da dialética materialista –; ao tempo em que promove avanços significativos na construção da sua obra econômica, em especial, no plano da edificação da teoria do valor.

Existem duas formas elementares de remediar o problema do subconsumo – ainda que provisoriamente, já que tais medidas não apontam para uma mudança do ponto de vista estrutural na lógica de funcionamento do sistema que parece inclinar-se estritamente na direção da superprodução –, quais sejam: a expansão do consumo, através da

incorporação de novos mercados que até então se encontravam à margem da produção capitalista ou, de maneira pouco mais radical, a destruição dos bens já produzidos (CIPOLLA, 2013).

Se de um lado, afirmam Marx e Engels, a adoção desses remédios produz resultados efêmeros, rearticulando apenas momentaneamente oferta e demanda, de outro, acaba por fertilizar o terreno para o surgimento de novos distúrbios mais violentos no futuro. Essa conclusão é simplória, quase que intuitiva, já que ao expandir o horizonte de domínio capitalista, ou impondo-o sem escrúpulos para o resto do mundo, reduz-se progressivamente a disponibilidade dessas válvulas de escape, pavimentando o caminho do sistema rumo a crises de maiores proporções.

Outro ponto importante para a concepção marxiana da superprodução, em sua fase subconsumista, refere-se ao reconhecimento de que a crise não se instala concomitantemente em todos os setores de uma determinada economia. O que de fato ocorre é um efeito do tipo cadeia, que irradia a conturbação iniciada em alguns setores-chave, provocando assim a generalização do movimento estagnacionista³¹, como descreve Cipolla (2013). Esse processo intensifica-se como resposta ao fenômeno de centralização característico do capitalismo, especialmente a partir da instauração de sua etapa monopolista.

Destaca-se também que nessa etapa, o autor já estabelece lugar para a dimensão especulativa. Apesar de ulteriormente superar a via de interpretação subconsumista, Marx não abandona essa dimensão; pelo contrário, vai reforçá-la ao assumir a ideia de que são justamente as agitações de cunho especulativo que costumam preceder e anunciar o deslanchar das crises econômicas. No entanto, atenta para um problema grave quando da interpretação deste fenômeno, que parece ludibriar a apreensão da sua verdadeira origem, isto é, a superprodução. Para Marx, as bolhas especulativas e as subsequentes crises monetárias por elas acarretadas integram a cascata que vêm a desaguar nas grandes depressões. Em outras palavras, estes episódios são etapas de um processo mais geral e não devem ser indicadas como causas primeiras, como muitos autores costumam, erroneamente, fazer (CIPOLLA, 2013).

³¹ É importante reforçar que essa proliferação da crise não é necessária e geralmente acontece quando indústrias consideradas estratégicas para o conjunto da atividade econômica são atingidas.

Partindo dessa breve exposição, destacamos que a conclusão fundamental que decorre da leitura subconsumista de Marx, expressa por ele e Engels no *Manifesto Comunista*, é de que o sistema cresce com tamanha intensidade que se torna inábil para assimilar seus próprios frutos. Não obstante, a questão que emerge como desdobramento da adoção dessa perspectiva é a compreensão das crises de superprodução como efeito de um fator limitante relativamente exógeno, qual seja, o mercado, ou melhor, a sua incapacidade de aspirar indefinidamente o produto no plano concreto.

Mesmo na sua obra classificada “pré-econômica” – ou seja, o conjunto de escritos que antecedem as formulações de *O Capital* – Marx já demonstrava nítida convicção de que é o capital quem cria suas próprias barreiras. No entanto, esses obstáculos derivam, até este ponto, do descompasso entre o crescimento desenfreado da oferta que é resultado direto da repercussão das leis que regem a produção capitalista no seu processo de valorização, e o ritmo de expansão da demanda que não consegue acompanhá-la. Por fim, a crise, ao retrair o lado da produção, aparece como mecanismo de ajuste entre essas duas forças.

Todavia, sabe-se que até aqui não há uma elaboração teórica consistente sobre a temática das crises econômicas e a carência de bases sólidas capazes de sustentar os argumentos subconsumistas ganham evidência, à medida que suas categorias vão sendo derrubadas e substituídas gradativamente ao longo da formulação da análise econômica de Marx (CIPOLLA, 2013).

Numa segunda etapa narrada por Cipolla (2013), constata-se considerável inflexão de caráter conceitual em relação à noção de superprodução em Marx, que se inicia nos *Grundrisse* e estende-se até *Teorias da Mais-Valia*. Ambas as obras preconizam a cristalização da teoria econômica marxiana, lançando as bases para a sua formulação. É no âmbito desses trabalhos que o autor prepara a superação definitiva da interpretação subconsumista, movimento que vai consubstanciar-se propriamente apenas nos livros II e III de *O Capital* a partir do desenvolvimento dos esquemas de reprodução, simples e ampliado, e da emblemática Lei Tendencial da Queda da Taxa de Lucro.

A transformação identificada nessa segunda etapa, ainda que prematura, dá passos importantes no tocante à análise das crises econômicas, especialmente em relação ao empenho de esclarecer suas origens. O primeiro fator de destaque consiste na mudança

de foco no diagnóstico da natureza do sobreproduto, que costumava ser explicado pela insuficiência de demanda por bens de consumo – decorrente da impossibilidade de se estabelecer um crescimento contínuo dos mercados – e passa a figurar na produção em excesso, por excelência.

Essa overdose produtiva que impede a realização por completo dos seus produtos é acentuada de maneira progressiva, conforme o avanço das técnicas produtivas, sendo levada eventualmente ao seu extremo. Partindo desse princípio, Marx ratifica a ideia de que, sob o reinado do capital, existe uma constante colisão entre as barreiras que surgem como resultado da produção capitalista, impostas pela dinâmica de acumulação que lhe é intrínseca, e pelo comportamento displicente do capital diante da autocriação desses bloqueios. Entendendo o impasse descrito acima, chegamos à conclusão visceral de que as crises aparecem como resultado necessário das leis que regem a produção capitalista em seu processo de valorização incessante; sendo assim, são fenômenos eminentemente endógenos cujos obstáculos são criados no seu próprio ventre (CIPOLLA, 2013).

Em trecho dos *Grundrisse* Marx (2011, p. 334) afirma que: a

[...] universalidade para a qual o capital tende irreversivelmente encontra barreiras em sua própria natureza, barreiras que, em determinado nível de seu desenvolvimento, permitirão reconhecer o próprio capital como a maior barreira a essa tendência e, por isso, tenderão à sua superação por ele mesmo.

Na segunda seção do terceiro capítulo dos *Grundrisse*, Marx explica que ao dar substância ao capital, a partir da aquisição de matérias primas, máquinas e equipamentos e do emprego da força de trabalho – condicionantes para a instauração do processo produtivo e, por conseguinte, para a apropriação do trabalho excedente – o capitalista individual não possui nenhuma garantia de que, após ...P..., o capital-mercadoria regressará à sua forma de capital-dinheiro, o que, de imediato, sinaliza o fato de que o risco da não realização é subjacente ao processo. Em outras palavras, o simples desmembramento do circuito entre as etapas produtivas e da circulação põe em evidência a chance de haver uma quebra na sequência da roda-viva do capital.

Marx prossegue o argumento esclarecendo que no miolo do processo de valorização, o capital, paradoxalmente, se desvaloriza ao assumir a forma mercadoria que não possui conversibilidade irrestrita. Verifica-se aqui, portanto, a natureza dúbia desse circuito que, para consumir o seu rito de valorização, em certo ponto precisa instigar o inverso,

isto é, a privação do valor quando do instante em que o capital perde a sua forma monetizada e é notado, ao menos momentaneamente, apenas pelo seu valor de uso. A questão que aqui se coloca é a imprescindibilidade dessa desvalorização, já que sem ela o processo de acumulação não pode se efetivar.

Já que tal mercadoria, somada de mais valor, tem seu preço concebido subjetivamente, ao passo que sua venda não é certa e não poderia o ser, o sucesso dela em sua jornada de retorno a sua forma de equivalente geral, isto é, a sua (re) monetização, vai determinar a continuidade ou não do fluxo do capital. Isto é, supondo que são superados os inconvenientes circunscritos ao processo de produção, Marx argumenta: aparecem novos e relevantes estorvos na fase final do circuito do capital. A não superação dessas barreiras implicaria abortar a continuidade da dinâmica acumulativa, assim sendo, a suplantação delas torna-se indispensável e configura-se como resposta interna do sistema visando perpetuar o seu ciclo de reprodução ampliada e logo, a sua perene acumulação que, no limite, configura-se como sua própria razão de ser.

Diante desses entraves, o sistema move-se rumo à criação de mecanismos reanime a si mesmo. De forma análoga, poderia se dizer que, ao longo de seu contraditório curso, o capital irrompe como a doença, o paciente e o tratamento. São exemplos clássicos, de “soluções” paridas internamente, o crédito³² e a atividade especulativa de modo geral. Estes dispositivos desempenham papel crucial ao dar fôlego à economia frente às dificuldades impostas pelo surgimento de bloqueios ao capital e à sua destreza, representando assim, nada mais que formas de driblar os transtornos por ele mesmo criados, os quais, ironicamente, finda aprofundando.

Como já foi supracitado, um grupo de fatores ergue-se como impedimento para a realização da produção, isto é, para restauração do valor através da troca. O valor de uso das mercadorias representa um deles, pois fixa claros limites ao crescimento afoito da produção capitalista. Essas limitações decretadas pelo valor de uso atuam em duas

³² Os instrumentos creditícios, historicamente, vêm ganhando posição cada vez mais fulcral na dinâmica do sistema capitalista como um todo. Eles aparecem não só como agentes que viabilizam a reprodução ampliada – particularmente quando o lucro foi comprometido no último circuito do capital – mas também como mecanismos que podem vir a atenuar problemas ocasionados na esfera da circulação das mercadorias, facilitando a realização dos valores gerados na produção. A sua utilização é indispensável e se, por um lado, injeta combustível para o funcionamento mais vigoroso da engrenagem capitalista, por outro, potencializa seu caráter instável.

frentes básicas, sendo uma de caráter qualitativo e outra de natureza quantitativa. Para entender essa diferenciação poderíamos nos perguntar, primeiramente, o quão substancial é a necessidade – e ou desejo – de obter determinado artigo e posteriormente, qual a amplitude da massa consumidora com disposição e capacidade de supri-la. A segunda questão que elucida a capacidade de absorção do mercado consumidor é o elemento central que deriva da contradição primeira do capital, ou seja, aquela que é produto da permanente colisão entre forças produtivas e relações de produção. Considerando que até este ponto, Marx concebe as suas formulações com base na premissa de que o consumo dos trabalhadores é o maior responsável pela aquisição da produção, automaticamente o trabalho necessário – que tende a ser diminuído conforme os aumentos da produtividade – é a fronteira primária da qual a produção não pode escapar.

Resumidamente, a explicação é demasiadamente simples: a aquisição de mercadorias decorre, a princípio, da existência de necessidades por parte dos consumidores, sejam eles trabalhadores ou capitalistas; posto isso, o aumento da demanda é vedado pelo valor de uso dos produtos, tanto pela incapacidade de absorção indefinida acarretada pelo poder de compra reduzido da classe trabalhadora, quanto pelo próprio grau de utilidade de determinada mercadoria. Destaca-se aqui, porém, que esta afirmação não ignora a habilidade do capital de criar novas necessidades de consumo – inclusive essa é apontada como uma das suas características mais marcantes – e, como consequência, vencer, ainda que passageiramente, esse gênero de obstáculos.

Outra questão fundamental que também aparece na discussão suscitada por Marx nos *Grundrisse*, a respeito dos obstáculos à realização da produção, é a seguinte: tendo M' seu valor acrescido, ela só se realiza a partir do momento em que a massa de capital-dinheiro disponível é dilatada em consonância, permitindo assim a efetuação das transações de compra e venda das novas mercadorias. Posto de outra forma, a realização do mais valor 'x' pressupõe a geração de um mais valor 'y', minimamente na mesma proporção. Caso contrário, a troca é inviabilizada já que o excedente não encontra equivalente. Um segundo ponto importante, como observa Cipolla (2013), é o lapso temporal que separa M' de D' , trata-se assim de outra barreira a ser transposta pelo capital, que busca diferentes táticas para acelerar a penetração de seus produtos no mercado, garantindo a continuidade da mecânica do circuito e da intensidade da

acumulação.

Em suma, nesta fase, Marx pretende construir o seguinte raciocínio: o desfecho do circuito do capital e, por conseguinte do processo de valorização, só se efetiva a partir da reinserção das mercadorias acrescidas de mais valor no orbe da circulação. A possibilidade de não realização dessas mercadorias, que inviabiliza a conversão final $M' - D'$, interdita a fluidez da engrenagem do capital. A partir do momento em que a mercadoria não se transforma no equivalente geral, o fluxo é estancado e o gatilho para a generalização do estado de superprodução está posto. Desse modo, a análise caminha para o desdobramento necessário de que o capital não é – e nem pode ser –, dadas as implacáveis contradições a ele inerentes, o estágio de pleno desenvolvimento da organização social da produção e, por extensão, modo de produção final, acabado, como o querem enxergar muitos dos economistas da época. A apreensão de suas limitações é, logicamente, condição *sine qua non* da sua superação, assim como a instauração de crises, já que, segundo Marx, enquanto houvesse bonança, dificilmente haveria revolução.

Em *Teorias da Mais Valia* – obra que, juntamente com os *Grundrisse*, forma uma espécie de prelúdio de *O Capital* – Marx vai afirmar que a propagação e intensidade de uma crise estão fortemente vinculadas ao grau de relevância e quantidade de encadeamentos que emanam do setor originalmente atingido, sendo assim, e supondo que o problema de realização atinja a indústria-chave para a dinâmica de uma economia qualquer, a probabilidade de instalar-se uma depressão acentuada é altíssima. Nessa obra, tecendo a crítica a Ricardo, Marx procura progredir na construção de argumento teórico que demonstre como o insucesso da realização é situação não só possível como historicamente ordinária – cabe aqui salientar que Marx realizou uma série de estudos com o intuito de examinar suas manifestações concretas no bojo da sua produção jornalística precedente – e se sustenta como evidência, não apenas da possibilidade de geração de um sobreproduto, mas da existência de uma propensão do sistema que o transforma em episódio recorrente (CIPOLLA, 2013).

Sabe-se, então, que a análise marxiana passa por um avanço importante quando da elaboração dos *Grundrisse* e das *Teorias da Mais-Valia*. Faz-se necessário chamar a atenção para o fato de que essa evolução não se restringe aos aspectos correlacionados à temática aqui discutida, mas alcança uma série de categorias por ele desenvolvidas,

particularmente no domínio da economia política. Dito isso, a busca pela compreensão de quais seriam as bases por trás das forças que parecem conduzir as economias capitalistas às crises de superprodução culmina na incorporação da noção medular, que será posteriormente desenvolvida, de que a natureza do problema do excesso é instigada pelo *modus faciendi* do capital em sua dinâmica acumulativa, isto é, são as suas diretrizes que atuam traçando o cenário para o desenrolar da superprodução. Portanto, não é o mercado e sua capacidade de absorção limitada o responsável pela crise, afinal, é a obrigatoriedade de acumular indefinidamente que cria as condições, ou melhor, a falta de condições dos mercados para assimilar a sua enxurrada de produtos.

No entanto, apesar da referida evolução, um conjunto de conclusões tipicamente subconsumistas é mantido; o que explica o porquê de ambas as obras serem classificadas como inacabadas. Um dos exemplos mais expressivos de que, naquele momento, a teoria ainda apresentava deficiências estruturais significativas consiste na persistência da percepção de que a indústria de bens de capital e matérias-primas, mais tarde o departamento I, estaria subordinada àquela dos bens de consumo, ou departamento II, sendo responsável fundamentalmente pelo provimento dos insumos indispensáveis para a produção das mercadorias. Segundo Cipolla (2013), essa ideia aponta para a primazia da indústria de bens de consumo na compreensão marxiana do fenômeno das crises até aquele ponto, pressuposto que desaparece conforme se desenvolve sua obra econômica.

Finalmente, Marx vai introduzir ainda nos *Grundrisse* a noção da queda tendencial da taxa de lucro; no entanto, neste momento o faz de forma bastante superficial. Essa ideia preliminar culmina na elaboração da emblemática Lei Tendencial da Queda da Taxa de Lucro (LTQTL) que vem a carimbar a superação definitiva da visão de que as crises seriam fruto de um problema de realização – como postulam as interpretações subconsumistas –, passando a entendê-las como resultado de um problema de lucratividade. A aceitação ou não da LTQTL, bem como dos seus desdobramentos teórico-analíticos, vai instigar a emergência de um dos maiores pontos de discordância entre marxistas ao redor do mundo até os dias atuais.

Tendo como fio condutor a LTQTL e partindo do objetivo de tentar compreender o seu papel no que tange o desenrolar das crises sistêmicas no capitalismo, expõe-se a seguir, em linhas gerais, o capítulo XIII do volume III de *O Capital* intitulado *A Lei Enquanto*

Tal, a fim de lançar as bases para a compreensão do debate contemporâneo dentro da corrente marxista.

4.2 A LEI TENDENCIAL DA QUEDA DA TAXA DE LUCRO

Os autores marxistas que se utilizam, com ou sem restrições, do conceito da LTQTL³³ têm como razão de sua unidade, como aponta Carcanholo (1996), a crença de que as crises gerais no capitalismo são efeito de um problema de lucratividade. A controversa lei, propriamente desenvolvida por Marx no livro terceiro de *O Capital*, é uma das principais fontes por trás da notável heterogeneidade que se observa dentro da corrente marxista. Essa diversidade não se restringe única e exclusivamente à aceitação ou não da lei, mas estende-se até a forma como ela é inserida nas formulações teóricas das diferentes vertentes do marxismo. Por fim, uma vez definida a posição ocupada pelo conceito na estruturação das análises da crise, ainda são assomadas divergências na leitura acerca dos possíveis desdobramentos desta lei e suas consequências para o futuro do sistema.

Pode-se dizer que a lei simboliza o desfecho do processo gradual de superação da perspectiva subconsumista elaborada pelo ainda jovem Marx, que segundo a sistematização elaborada por Cipolla (2013), inicia-se com os *Grundrisse*, mas só vai consubstanciar-se quando da elaboração de *O Capital*. A visão da crise de superprodução como resultado de uma insuficiência da demanda por bens de consumo frente ao parco poder de compra do proletariado – mesmo quando do reconhecimento de outras fontes de demanda, cujas participações relevam-se expressivas – foi, então, sendo desconstruída *pari passu* com o desenvolvimento da obra econômica marxiana. A elaboração dos esquemas de reprodução no livro II de *O Capital*, mormente quando na sua forma ampliada, desmonta por completo as explicações de cunho subconsumistas, ao assegurar a tendência auto expansiva do capital.

Em linhas gerais, a LTQTL afirma que a tendência ao aumento da composição orgânica do capital (COC), – razão entre o que Marx denominou de capitais constante e variável, dimensão valorativa da composição técnica do capital – resulta numa tendência à

³³ A noção da tendência à redução da taxa de lucro não foi algo introduzido por Marx; na realidade esse fenômeno já havia sido observado por boa parte dos economistas clássicos, com óbvio destaque para Smith e Ricardo. A compreensão dos demais autores, porém, é diametralmente distinta daquela construída por Marx (CARCANHOLO, 1996).

redução da taxa de lucro média nas economias capitalistas. Esta dinâmica se estabelece, basicamente, da seguinte forma: o aumento gradativo da participação de máquinas e equipamentos no processo produtivo, quando comparada ao montante de trabalho vivo empregado, reduz, em termos relativos, a cadência do processo de expropriação de mais-valia. Sendo o trabalho vivo a única mercadoria apta a gerar mais valor, a taxa de lucro tende a permanente atrofia conforme o prosseguimento da acumulação de capital.

Para demonstrar matematicamente como se procede a vigência da lei, Marx usa, como ponto de partida, equação básica de taxa de lucro, isto é, a razão que correlaciona os ganhos obtidos com a produção – que no caso específico do modo de produção capitalista figura-se no trabalho excedente, manifestado sob a forma de mais-valia (m) – e os seus custos necessários – que totalizam a soma de gastos com capital constante (c), relativos ao emprego e a manutenção de máquinas, equipamentos e matérias-primas, e o capital variável (v) que se refere aos custos com contratação e manutenção da força de trabalho.

Ao dividir a razão descrita acima – cujo numerador é a mais-valia (m) e o denominador o capital total (c + v) – pelo capital variável (v), obtém-se a seguinte fórmula para a taxa de lucro:

$$\text{Taxa de Lucro (l')} = \frac{\frac{m}{v}}{\frac{c}{v} + 1}$$

Como produto da operação, temos, portanto, uma taxa de lucro que é igual à razão entre a taxa de mais valia – notada por m/v, isto é, mais-valia (m) sobre capital variável (v) – e a composição orgânica do capital – cuja notação é c/v – mais um, que, por sua vez, é o resultado da divisão do capital variável por ele mesmo.

Através da formalização matemática, a percepção da maneira pela qual a relação entre os fatores condicionantes levam à queda da taxa de lucro torna-se mais palpável e acertada. Partindo da suposição de que temos uma taxa de mais-valia constante, a taxa de lucro fica à mercê do movimento da COC; desse modo, quando se verifica um aumento (diminuição) dessa razão, a taxa de lucro deve decrescer (crescer). Nota-se, portanto, a existência de relação inversa entre a taxa de lucro e a COC, facilmente identificável através do exame da fração que compõe a taxa de lucro.

Sabendo que vivemos num universo dominado pelo imperativo do cartesiano, do positivista, parece evidente que as demonstrações matemáticas e a rigidez e exatidão que lhes são características costumam atribuir, mesmo que infundadamente, legitimidade às análises econômicas. Em função disso, sua natureza instrumental e não-determinística deve ser constantemente reforçada. Não estamos tratando de um simples conjunto de equações, no qual a análise de suas variáveis em processo de interação deve apontar, inexoravelmente, para resultados exatos e ou terminais. O sistema capitalista é um todo complexo explicado por uma infinidade de forças que se determinam mutuamente e estão em estado permanente de transformação. Tal complexidade³⁴, frequentemente incompreendida, acaba por gerar interpretações equivocadas, particularmente, quando do estudo dos movimentos tendenciais que afloram do capital.

A coerência da lei numa perspectiva matemática não representa nada se estiver descolada da compreensão do papel, bem como do real significado, das tendências que a desenham. A explicação de como, mecanicamente, a taxa média de lucro tende a rebaixar-se quando da intensificação da COC na produção mercantil é, na realidade, surpreendentemente simplória. Dito isso, assimilar a mecânica geral dessas interações, tal como da sua formulação matemática, não deve ser colocado como finalidade, mas sim como instrumento de análise que é eficiente no sentido de facilitar a visualização sistemática da lógica do capital, mas não têm o poder, *per si*, de explicá-la.

A questão fulcral que deve ser aqui colocada, como apontou Carcanholo (1996), é saber o que justifica a afirmação de que há uma predisposição ao aumento continuado da COC e porque, mesmo diante da verificação da queda contínua do seu lucro médio, o capitalista – mesmo não compreendendo o fato de que se trata do resultado da vigência da LTQTL – não altera o seu comportamento no sentido de tentar revertê-la. São essas as incógnitas que devem ser investigadas para que se possa entender a lei para além do seu puro e simples nexos matemático.

Como ponto de partida para o real entendimento da lei temos, então, a necessidade cardinal de conhecer as causas essenciais que justificam os rumos tomados pelo capital, rumos esses que parecem desembocar no rebaixamento tendencial da taxa de lucro.

³⁴ Assume-se aqui a noção de complexidade empregada por Prado (2007).

Partindo do axioma de que o capital é inequivocamente movido pelo desejo de acumular e, por extensão, pelo meio que o viabiliza, qual seja, o lucro, é preciso investigar quais as consequências inexoráveis acarretadas pela busca incessante pelo lucro e como elas, em conjunto, afetam a trajetória de desenvolvimento capitalista de modo geral. No final das contas, deve-se empenhar assim não somente para tentar compreender como o capital constrói a sua própria destruição – por mais ilógico que isso possa soar –, mas também como a LTQTL se insere nesse processo.

A acumulação é função da reprodução ampliada do capital, que, por sua vez, é função do lucro que é função da mais-valia. Posto isso, é possível vislumbrar a fonte primária da qual se alimenta o capital em seu regime de acumulação, ou seja, o trabalho. Como se sabe, a mais-valia é produto da diferença entre as horas despendidas pelo trabalhador quando do empenho para seu próprio sustento (trabalho necessário) e para o capitalista (trabalho excedente). Assumindo que não há valorização em processos não pautados na expropriação do trabalho produtivo³⁵ excedente, conclui-se que a mais-valia é o fomento primeiro da acumulação, o que faz com que o capital busque, de toda e qualquer maneira e a qualquer custo, acentuar a sua apropriação, seja através de seu crescimento absoluto ou relativo – isto é, via aumento ou intensificação da jornada de trabalho – para garantir cada vez maiores montantes de lucro, elemento que condiciona o prosseguimento da acumulação³⁶.

Subsequentemente, a figura da produtividade consolida-se como recurso-chave para a manutenção da exploração, cada vez mais intensa, do trabalho vivo e, conseqüentemente, como fator que vai condicionar o ritmo da acumulação, tornando-se responsável primeira pelo giro da roda do sistema, não só para mantê-lo vivo, mas também em expansão. Marx avança, então, mostrando que o resultado dessa tendência por ele desvendada se expressa na configuração de uma estrutura produtiva industrial cada vez mais capital-intensiva. Nela, o trabalho morto – que jamais será capaz de criar, por ele mesmo, valor, pois este é produto estrito do trabalho excedente, e cujo valor só pode ser transferido às mercadorias por meio do trabalho vivo – vai tomando todos os

³⁵ Faz-se necessário aqui sublinhar que existe amplo debate entre marxistas acerca dos conceitos de trabalho produtivo e improdutivo e, por conseguinte, da extensão das fontes capazes de gerar mais valor. Entretanto, assume-se aqui a posição de que a valorização do capital não acontece quando fora na esfera produtiva.

³⁶ Como já foi previamente mencionado, o crédito flexibiliza, e muito, o imperativo da realização da produção e, logo, da monetização da mais-valia sob a forma de lucro.

espaços como resposta à busca por acréscimos à produtividade do trabalho, revelada pela elevação da relação entre capital constante e variável.

Apenas reiterando, observa-se que, na sua incursão atrás de lucro cada vez mais opulento, o capitalista individual busca diminuir progressivamente o capital variável em favor do capital constante, tentando motivar a produtividade crescente do trabalho e otimizar a apropriação do seu montante excedente. Partindo dessa construção, Marx progride ao afirmar que a necessidade de revolução permanente dos meios de produção, dada a competição entre os capitalistas na busca desenfreada pelo abocanhamento de maiores fatias dos mercados – assim como da própria sobrevivência, já que a acumulação não é uma opção, mas um imperativo que evidencia a subordinação do capitalista ao capital – desenha uma estrutura progressivamente centralizadora e concentradora que aprofunda, paulatinamente, a disputa intercapitalista, tornando o processo em sua totalidade cada vez mais violento. A quase totalidade dos efeitos de tal violência recaem, evidentemente, sobre a classe trabalhadora.

O movimento descrito por Marx tende a pressionar o sistema para o surgimento contínuo de novas técnicas de produção e para a intensificação de sua mecanização, como métodos que promovam o aumento da mais-valia relativa, dadas as limitações imediatas da sua dimensão absoluta. Segundo o Teorema de Okishio, quando da chegada à fronteira tecnológica, as economias capitalistas devem deparar-se com uma redução gradual da taxa de lucro como resposta à impossibilidade de diminuição continuada do custo unitário dos produtos. A partir do esgotamento das inovações provenientes do paradigma técnico vigente, a diminuição do custo unitário que é resultado do ato de poupar trabalho vivo – dado o aumento da relação expressa pelo que Marx chamou de composição técnica do capital – torna-se insuficiente para contrapesar de modo satisfatório os gastos com depreciação da maquinaria e com matérias-primas necessárias à sua utilização, como é o caso dos combustíveis, pressionando por fim a taxa de lucro para baixo (BOTTOMORE, 2012).

Não foram ignorados por Marx os elementos que fazem frente à queda da taxa de lucro, agindo em direção contrária e, por conseguinte, obstaculizando a sua efetivação. É neste exato momento que se torna imperativa a compreensão da importância singular que assume o aspecto tendencial da queda da taxa de lucro. O simples emprego do termo “lei”, muitas vezes, acaba por induzir o leitor desatento a efetuar interpretações

deturpadas, e tirar conclusões, em geral, determinísticas, quiçá fatalistas, que representam o exato oposto daquilo que Marx pretendeu. Ao introduzir o capítulo seguinte, – cujo título, *Causas Contrariantes*, já é bastante autoexplicativo –, Marx incita uma questão fundamental, a saber, supondo confirmada a hipótese prevista na lei, o que vem a explicar o ritmo e a intensidade que embalam a queda da taxa de lucro?

A resposta para o problema colocado acima reside, justamente, no caráter tendencial da lei, que pode ser visto como fruto do reconhecimento de que existem impulsos que atuam, diríamos, contra a corrente e em favor do aumento da taxa de lucro. Tal afirmação anula prontamente a alternativa de entendê-la de forma taxativa. Enfatiza-se ainda, que, ao contrário do que se pode imaginar, a existência destas forças opositoras – com habilidade de reverter ou apenas de retardar a ação dos efeitos contracionistas da lei – emerge como subproduto da própria dinâmica do capital, por isso, as chamadas contratendências não são alheias ou estranhas à ordem vigente; longe disso. Eis mais uma das tantas contradições aclaradas por Marx.

São seis as causas apontadas por Marx como contrariantes ao rebaixamento tendencial da taxa de lucro³⁷, sendo elas: 1) o aumento do nível de exploração do trabalho vivo³⁸; 2) o constrangimento dos salários a níveis inferiores ao seu valor³⁹; 3) a queda do valor de componentes do capital constante; 4) a existência da chamada superpopulação relativa; 5) a repercussão do desenvolvimento do comércio exterior e 6) o crescimento do mercado de ações.

A partir do discernimento deste conjunto de causas principais, vejamos a maneira pela

³⁷ Segundo Carcanholo (1996), não só existem outras causas contrariantes não mencionadas por Marx como o próprio autor já havia feito alusão a algumas delas ainda nos *Grundrisse*.

³⁸ No interior da discussão acerca do papel do aumento da exploração do trabalho como influência contrária à LTQTL, Marx chama a atenção para a função exercida pela mais-valia extraordinária como mais um item que também produz efeito positivo sobre a taxa de lucro. Porém, apesar de apresentar-se, a princípio, como contratendência, eventualmente ela acaba por acelerar a redução da taxa de lucro. Isso ocorre quando a inovação produtiva – que viabilizou a instauração de vantagem competitiva e conseqüentemente da apropriação de mais-trabalho extraordinário – finalmente dissemina-se e acaba por generalizar o aumento da composição orgânica do capital, pressionando a razão da taxa de lucro novamente para baixo.

³⁹ Marx vai citar esse fator apenas *en passant* e justifica a brevidade afirmando que a compressão salarial, apesar de mostrar notória relevância do ponto de vista empírico, é um desdobramento da corrida concorrencial e, portanto, fuge do objeto de estudo do terceiro volume de *O Capital*.

qual cada uma delas afeta positivamente a taxa de lucro e combate, ao mesmo tempo, a sua tendência decrescente. Primeiramente, tem-se o aumento da exploração da força de trabalho gerando um aumento da mais-valia – presente no numerador da equação – e puxando para baixo o resultado da razão notada por l' . Essa força pode operar absoluta, via aumento da jornada de trabalho, ou relativamente, através da intensificação do trabalho. Numa segunda instância, temos a redução dos rendimentos do trabalho que aparece como sequela da ação da concorrência e afeta a taxa de lucro, haja vista que reduz o capital variável. Já a diminuição do valor de itens relativos ao capital constante, faz cair a sua composição orgânica, impulsionando incrementos contratendências em l' . De outra parte, aparece a existência de uma superpopulação relativa, – que segundo Marx, quando olhando, evidentemente, para a realidade do século XIX – se intensifica ao passo que mulheres e crianças são integradas ao processo produtivo e com salários mais baixos. A tensão promovida pelo alargamento contínuo do proletariado pressiona o valor da força de trabalho para baixo, reduzindo o capital variável e corroborando com o aumento do lucro do capital. Em sequência, Marx vai discorrer sobre a figura do comércio exterior, afirmando que o surgimento de novos mercados aparece como recurso importante para o capital já que eles podem viabilizar o barateamento do valor da força de trabalho e dos componentes do capital constante, promovendo assim, por ambos os lados, a elevação da taxa de lucro. Por fim, ele ainda apresenta, mesmo que brevemente, o papel da atividade financeira. O que justifica a inclusão desse fator é o fato de que o aumento da parcela do capital portador de juros deve aliviar a pressão que a concorrência exerce sobre a COC, compondo assim mais um fluxo que atua negando a tendência da queda da taxa de lucro.

A questão que aqui se coloca é que todas as contratendências descritas por Marx possuem limites claros quanto à extensão de seus efeitos. Se o aumento da mais-valia absoluta não pode ultrapassar o extremo das 24 horas por dia, a mais-valia relativa encontra limite no valor da força de trabalho que não pode ser negativo. Analogamente, a existência de uma superpopulação relativa não vai representar um obstáculo intransponível à queda da taxa de lucro, já que esse fator contrariante também atua comprimindo o valor da força de trabalho. Com relação à redução dos valores dos itens do capital constante, sua fronteira é clara, que da mesma forma, eles não podem ser iguais ou menores que zero. A incorporação de mercados externos, por seu turno, só deve exercer pressão contrária até o ponto em que estas economias internalizam a lógica

do capital e, portanto, passam a expressar, elas mesmas, a LTQTL. Para concluir, têm-se os efeitos contratendências que aparecem como produto da multiplicação dos capitais por ação. Porém, esta espécie de capital não pode expandir-se ilimitadamente já que, em função de ser formada por uma fração da mais-valia, ela também está submetida à vigência da lei (CARCANHOLO, 1996).

Pode-se aqui inferir que é a ânsia de acumular descrita por Marx que vem a consolidar um quadro em que a propensão congênita do capital a aumentar continuamente a sua composição, seja técnica ou orgânica, deságua na aparição do fenômeno da queda tendencial da taxa de lucro, fenômeno esse que, apesar de poder ser contornado, momentaneamente, através de tendências que também nascem do capital em seu movimento, deve sobrepor-se às demais forças contrárias devido ao fato de que ele emana das raízes mais profundas do capital, ou seja, da sua lei geral de acumulação.

5 A INFLUÊNCIA DO LEGADO MARXIANO

5.1 A NEGAÇÃO DA LEI TENDENCIAL DA QUEDA DA TAXA DE LUCRO

A LTQTL é, por certo, uma das mais enérgicas fontes de controvérsias entre os estudiosos da obra marxiana. Segundo Carcanholo (1996), um dos equívocos recorrentes na leitura de diversos autores em seus esforços para interpretá-la consiste em atribuir a ela qualidade causal no tocante da análise das crises econômicas, quando, na verdade, ela seria somente uma das formas pelas quais tais crises se manifestariam. A tendência captada por Marx e formalizada através da LTQTL expressa a ação conjunta de fatores intrínsecos à vigência da lei geral de acumulação capitalista e, por isso, Marx a conferiu tamanha importância, como ressalva Shaikh (1983). A questão que aqui se coloca é que, a complexidade a qual distingue os movimentos no plano concreto, frequentemente obscurece a visão de quem busca identificar relações de causa e efeito – mesmo porque as infinitas variáveis envolvidas na dinâmica econômica encontram-se em permanente interação e transformação.

Sabendo que o objetivo do capital é a obtenção do lucro – fator que, em última instância, condiciona sua acumulação –, uma vez instauradas as crises e rebaixada a taxa de lucro média, a economia passa a reagir a essa queda, reforçando a marcha contracionista, já que a perspectiva quanto aos rendimentos futuros é pessimista vis-à-vis o cenário estabelecido. Essa mudança no comportamento que se delineia nada mais é do que a reação do sistema a partir do momento em que se torna palpável a redução da lucratividade. É como se a taxa de lucro representasse uma espécie de termômetro que exerce papel fundamental na orientação de novos investimentos e na determinação da velocidade em que gira a ciranda da acumulação, ou seja, quando ela apresenta sinais de fraqueza, é natural que o sistema ensaie algum tipo reação.

Nessa mesma linha, cabe aqui salientar, como o fez Cipolla (2013), que algo semelhante pode ser dito a respeito do aparecimento de bolhas especulativas e dos colapsos financeiros que costumam acompanhar os seus eventuais estouros. Esses fenômenos de caráter monetário também são constantemente apontados como raízes das crises sistêmicas do capitalismo, quando, na realidade, constituem apenas uma de suas etapas, ou uma maneira pela qual elas se manifestam. De maneira geral, ao sentir os efeitos da predisposição que aponta para o rebaixamento contínuo de seus ganhos, o capital busca, seguindo o ímpeto que lhe é característico, novas formas de alimentar a acumulação. O

capital em sua forma fictícia, por sua vez, constitui um dos principais artifícios capazes de reanimar o fluxo de rendimentos, ainda que tal alternativa mostre suas limitações.

Para Marx, a LTQTL é o reflexo da atuação das leis de movimento inerentes ao capital em seu processo acumulador e, logo, uma das formulações de maior relevância no conjunto de sua obra. O autor acreditava ter promovido, através da elaboração da lei, um avanço significativo quando comparadas as explicações do fenômeno que a precederam, como aquelas fornecidas por Smith e Ricardo. Sabendo da reputada notoriedade da lei, pode-se pensar que é, no mínimo, surpreendente o fato de que muitas das teorias de inspiração marxiana ora não a conferem centralidade, ora a excluem propriamente de suas interpretações. Dentre as principais vertentes dentro do marxismo que descartam a LTQTL nas suas elaborações destacam-se as teorias do subconsumo e a teoria do *profit squeeze*⁴⁰ (SHAIKH, 1983).

Prado (2013) denominou de “marxistas keynesianos” o grupo de autores que atribuem a ocorrência de crises sistêmicas a um problema de realização. A designação advém de uma suposta aproximação entre essa noção de problema de realização e o princípio da demanda efetiva de Keynes. Essa vertente, tem como uma de seus alicerces primordiais a contribuição de Rosa Luxemburgo⁴¹ e, no debate contemporâneo, como dois de seus maiores expoentes Paul Baran e Paul Sweezy. Apesar das críticas que os últimos recebem de grande parte dos marxistas – principalmente devido à negação de alguns dos pressupostos centrais da obra de Marx, além da reconhecida inspiração não só keynesiana, como também kaleckiana – exercem influência que não pode ser desprezada no que toca os debates sobre as crises.

A concepção defendida por eles baseia-se no argumento de que os processos de concentração e centralização do capital e a conseqüente constituição das forças monopolistas e oligopolistas culminam na configuração de uma tendência à superprodução, isto é, na geração de um nível de produto não absorvível pela demanda

⁴⁰ Faz-se necessário frisar que a teoria do *profit squeeze*, ou compressão dos lucros, aqui mencionada é aquela que se vincula à tradição marxista, no entanto, existem outros formatos cujos alicerces teórico-metodológico são assaz distintos, apesar do eixo explicativo comum a respeito do fenômeno das crises. Um exemplo dessas orientações distintas pode ser observado nos trabalhos do ortodoxo norte-americano William Nordhaus (SHAIKH, 1983).

⁴¹ Apesar de, geralmente, ter sua obra classificada como pertencente à tradição do subconsumo, não há um consenso acerca deste ponto. De acordo com Bottomore (2012), por exemplo, circunscrever os trabalhos da autora à esfera do subconsumismo é um equívoco.

internamente disponível. Desenvolvendo argumento que refuta a validade da LTQTL, Baran e Sweezy afirmam que o capitalismo, desde que assume historicamente sua forma monopolista, apresenta inequívoca predisposição à estagnação. Nesse contexto, a taxa de lucro média das economias já não traduz a situação efetiva dos mercados, afinal, verifica-se um processo de forte diferenciação dos rendimentos, graças ao poder de mercado das grandes firmas, o que, para eles, justifica a não utilização da lei como explicação para a dinâmica do capitalismo monopolista.

De acordo com esses autores, o modo pelo qual o sistema passou a operar sob o império dos monopólios e oligopólios, é fundamentalmente distinto daquele que se observava nos tempos de *O Capital*. Baran e Sweezy defendem assim a ideia de que o dinamismo das economias capitalistas contemporâneas se encontra à mercê da capacidade que elas possuem de escoar os excedentes inassimiláveis por suas demandas. Isso quer dizer que, a partir de certo ponto, as economias não detêm mais a habilidade de consumir tudo o que produzem e precisam buscar alternativas, ditas exógenas, para dar continuidade à acumulação ou, caso contrário, sofrerão com crises de realização. Vale sublinhar que alguns dos exemplos clássicos citados pelos autores do subconsumo desses mecanismos que tentam desviar as economias da mira da estagnação que acompanha o crescimento do capital monopolista são os gastos militares e a propaganda (SHAIKH, 1983).

A colaboração com Baran, marcada pela publicação conjunta de *O Capital Monopolista*, foi de extrema importância para que Sweezy realizasse determinados avanços-chave em suas formulações. Dentre estes avanços, talvez o mais importante resida na superação da noção – anteriormente dominante entre as análises subconsumistas e presente em seus escritos anteriores – de que a produção dos bens de consumo seria a personagem principal na determinação da dinâmica das economias capitalistas, enquanto as indústrias de bens de capital cumpririam somente a função de fornecimento de insumos. Além disso, nesse estágio de maior amadurecimento teórico-analítico, o consumo dos trabalhadores deixa de ser figura quase que isolada na explicação da insuficiência da demanda efetiva e outras fontes de absorção passam a ser consideradas, já que se reconhece que a acumulação não gira em torno pura e simplesmente do departamento II (SHAIKH, 1983).

As abordagens subconsumistas, também denominadas de estagnacionistas, foram mais recentemente reforçadas por Foster e Magdoff (2009) – autores tidos como sucessores

da tradição baraniana e sweeziana na *Monthly Review* – que buscam explicar, em linhas gerais, as mais recentes crises econômicas do capitalismo como desdobramento da falência do modelo de “Estado Keynesiano” e do conseqüente triunfo da doutrina neoliberal. A fase conturbada que se instala a partir da década de 1970 – marcada, especialmente, pelos choques do petróleo, pelo fim dos acordos de *Bretton Woods* e, ainda, pelo movimento de elevação da *prime rate* norte-americana – legitima o desmonte da estrutura de políticas macroeconômicas de matriz keynesiana, dando o pontapé inicial para a inauguração de uma nova fase na história do capitalismo.

Em outras palavras, cristalizava-se a deterioração da chamada “Era de Ouro” do capitalismo – cujas raízes remontam a Segunda Guerra Mundial e o *boom* da atividade econômica que a sucedeu – e montavam-se as bases para o avanço neoliberal, assim como para o desmonte do *welfare state*. Segundo Foster e Magdoff, essa sequência cumpre a missão de restabelecer o domínio dos valores propriamente burgueses, marcando o retorno ao *mainstream* do paradigma do liberalismo, cuja penetração atingiu as mais diversas searas da vida social dos países capitalistas. Ademais, como se sabe, um dos maiores impactos da investida neoliberal consiste no aprofundamento do quadro de exploração da classe trabalhadora através de violenta estratégia política contra reformista⁴². Segundo demonstração empírica, realizada pelos autores, da evolução dos lucros como participação do PIB estadunidense desde a década de 1960, a nova conjuntura que emerge nas últimas décadas do século XX foi o que permitiu que o capital conseguisse reerguer o nível de lucratividade, após o período de queda acentuada que acompanhou as crises dos anos 1970 e a falência do modelo keynesiano⁴³ (PRADO, 2013).

Seguindo o caminho trilhado por seus predecessores, a leitura dos mais novos representantes da abordagem subconsumista apoia-se na ideia de que, dados os processos de concentração e centralização inerentes à vigência das leis de movimento do capital, o sistema passa a ser regido pelo poderio de monopólios e oligopólios e a apresentar forte pendor à estagnação. Diante da produção desenfreada como repercussão da incansável cruzada do capital em busca de lucros, a demanda de uma economia

⁴² É evidente que os efeitos mais radicais recaíram sobre a classe trabalhadora residente nas periferias do sistema capitalista internacional.

⁴³ Tal afirmação contradiz as conclusões de Andrew Kliman, conforme será visto na próxima seção.

capitalista qualquer se encontra amiúde tolhida pela saturação de seus mercados. Os limites da demanda, de acordo com essa interpretação, evidenciam-se, seja pela suposta falta de espaço para novos investimentos⁴⁴, ou pelo reduzido poder de compra do proletariado – visceralmente comprometido pelo alto grau de exploração do trabalho. Sendo assim, de maneira análoga a Baran e Sweezy, Foster e Magdoff também afirmam que o manejo do hiato produtivo depende de elementos tidos como exógenos que vão desde variados gastos improdutivos, até o endividamento público e das famílias, dentre outros.

Vale destacar que um dos resultados que advém da busca por dispositivos que permitam que as economias se esquivem do problema, gerado por esses excedentes não absorvíveis internamente, é a instauração de um processo acelerado de financeirização dessas economias. Se o progresso veloz desse movimento – endossado pela sofisticação dos seus instrumentos operacionais, da crescente sofisticação e amplificação dos mercados financeiros mundiais, assim como da intensa liberalização financeira e abertura das contas capitais características da era neoliberal – tem a capacidade de sanar momentânea e parcialmente esse descompasso entre oferta e demanda, no futuro, deve condenar o sistema a crises e recessões ainda mais graves, como foi reiterado pelo episódio de 2008 (PRADO, 2013).

Essa concepção, conforme Mello (2013), é reforçada pela maioria da esquerda norte-americana, também possuindo notório espaço internacionalmente. Sendo assim, colocá-la em pauta no debate aqui proposto é crucial. Não obstante, faz-se necessário frisar que, apesar da denominação de “Marxistas Keynesianos” dada por Prado (2013), ela se afasta consideravelmente daquilo que foi colocado por Marx – sobretudo na maturidade de sua obra⁴⁵ –, afinal, despreza a LTQTL, o que prognostica a negação de uma série de conjecturas básicas para o conjunto da compreensão devidamente marxiana. Por outro lado, ironicamente, o conceito de “problema de realização” no formato em que é concebido pela teoria do capital monopolista de Baran e Sweezy, que também é levada

⁴⁴ Essa visão não converge com o que Keynes desenvolveu. Conforme já foi visto no capítulo 3 deste trabalho, para ele, ao menos até aquele momento histórico, o capitalismo nunca havia vivenciado estágio de sobre-investimento no sentido estrito da palavra. Desse modo, não cabia colocar o problema da crise como resultado da inexistência de espaço para a realização de mais investimentos.

⁴⁵ Tendo em vista que, como já foi visto, antes de *O Capital* e da formulação da LTQTL, a concepção de Marx acerca das crises econômicas assemelhava-se às teorias subconsumistas (CIPOLLA, 2012).

a cabo pela nova geração da *Monthly Review*, é significativamente distinto do caminho percorrido por Keynes em sua *Teoria Geral*. Nessa obra, inclusive, o autor faz a crítica à ótica do subconsumo, afirmando que os seus defensores atribuem ao consumo relevância excessiva no que tange a determinação do produto e do emprego nas economias capitalistas, quando é o investimento a variável substancial a ser observada como motivador primordial das flutuações cíclicas no capitalismo. Desse modo, para Keynes, a crise cíclica é uma função, primordialmente, das decisões de investimento dos empresários capitalistas guiados pelas suas expectativas em meio à uma atmosfera incerta e não da incapacidade de absorção da produção por parte dos mercados⁴⁶.

Outra visão ligada ao marxismo que também não tem na LTQTL a base para a compreensão das crises econômicas, construindo, portanto, uma trilha diferenciada na tentativa de explica-las, é a abordagem da compressão dos lucros, ou *profit squeeze*. Nessa perspectiva, existe sim uma tendência à redução da taxa de lucro, mas ela não é fundamentalmente explicada a partir das alterações da composição orgânica do capital – o que não quer dizer que esse aspecto seja descartado pelos autores, mas sim que ele é tido como agente secundário. Segundo o entendimento dessa vertente, são as elevações salariais, quando acima do nível de produtividade da economia, que estão por trás da predisposição à queda da lucratividade do capital.

Quando os capitalistas percebem o movimento generalizado de altas nos salários reais reagem de modo a tentar substituir, na medida do possível, o trabalho vivo pelo trabalho morto, o que vai espremer ainda mais as taxas de lucro. Diante desse quadro, a manutenção de um nível de desemprego que seja capaz de conter os aumentos salariais torna-se indispensável para a recomposição de um patamar de rendimentos satisfatório para o capital. É nesse ponto, então, que a figura das crises aparece como elementar no sentido de que pode e deve ocasionar uma retomada da lucratividade, já que a desaceleração econômica dilata o chamado exército industrial de reserva e pressiona os salários para baixo novamente (CARCANHOLO, 1996).

Conforme Shaikh (1983), dentre os principais expoentes dessa vertente estão os ingleses Andrew Glyn, Bob Sutcliffe e Robert Rowthorn, além dos norte-americanos James

⁴⁶ Conforme foi discutido no capítulo 3, Keynes não descarta o papel do consumo na dinâmica cíclica do capitalismo, no entanto, confere ao investimento as rédeas do processo de acumulação e, portanto, da trajetória de desenvolvimento do sistema.

Crotty e Raford Boddy. O elemento que se encontra no centro das formulações da compressão dos lucros é a luta de classes, desse modo, o nível de organização da classe trabalhadora e sua capacidade de articulação, ou seja, a força que detém no âmbito do confronto com a burguesia é o que vai, por via de regra, determinar a posição da lucratividade em determinada economia.

Seguindo esse raciocínio de que a lucratividade decresce como resultado de vitórias, ainda que momentâneas, dos trabalhadores em sua peleja contra a burguesia, assume-se, forçosamente, a conclusão de que a tendência à queda dos rendimentos do capital é resultado da diminuição da exploração da força de trabalho, já que a relação salário real/produtividade do trabalho aumenta. No entanto, esse enredo construído pelos autores do *profit squeeze* vai na contramão daquilo que Marx propôs, afinal, a tendência a queda da taxa de lucro é um resultado das leis de movimento do capital e, portanto, é fruto da exploração crescente do trabalho vivo e não o contrário.

Observa-se que essa leitura se apoia, basicamente, na convicção de que é a interpolação de forças entre capital e trabalho na disputa pela renda disponível a responsável pela formação dos ciclos econômicos. Posto isto, pode-se dizer que, ao tirar o foco da discussão do processo de produtivo, onde ocorre a geração do valor, e desloca-lo para a problemática da distribuição dos rendimentos – o que confere, necessariamente, protagonismo à correlação de forças políticas na determinação do processo de acumulação de capital – os autores deturpam o substrato da dialética materialista marxiana. Atribuir primazia às relações de produção e não ao estágio de desenvolvimento das forças produtivas revela-se como ponto de divergência notável e, provavelmente, principal fonte do distanciamento entre a análise proposta por estes autores e aquilo que foi concebido por Marx (CARCANHOLO, 1996).

Ainda que de maneiras distintas, tanto a vertente do subconsumo como aquela do *profit squeeze* afastam-se, significativamente, daquilo que foi postulado por Marx em *O Capital*. A ênfase nos aspectos próprios à esfera da circulação como determinantes do andamento do processo de acumulação destrói a pedra angular da teoria de Marx. Afinal, se é o trabalho vivo o único responsável pela geração de mais valor, a acumulação capitalista – que depende da expropriação do valor gerado por esse trabalho através da propriedade, por parte da classe dominante, dos meios de produção – não pode ser ditada por fatores que se encontram à margem desse movimento medular,

sejam eles relativos à realização da produção ou à distribuição de renda.

É evidente que com o desenvolvimento do capitalismo, as categorias utilizadas para descrevê-lo podem e devem ser repensadas com o intuito de captar as transformações históricas e seus impactos no *modus operandi* do capital. Não obstante, ambas as explicações brevemente expostas nesta seção se desviam da essência da lógica da construção teórica marxiana, como um todo, comprometendo-a. Pode-se dizer que tais autores construíram caminhos consideravelmente autônomos na medida em que, não só se utilizaram parcialmente da contribuição de Marx, como rejeitaram elementos tidos como cabais para a sua congruência como corpo teórico integral.

5.2 CRISES RECORRENTES VS. COLAPSO: AS TEORIAS MARXISTAS NA ÓRBITA DA LEI TENDENCIAL DA QUEDA DA TAXA DE LUCRO

Partindo da existência de uma convicção comum no que se refere à natureza insustentável do capital, natureza esta que é produto das contradições gestadas em seu próprio ventre, os autores inspirados na obra de Marx e que adotam, mesmo que a partir de leituras discrepantes, a LTQTL, ainda se subdividem em diferentes vertentes devido a desacordos que não podem ser desprezados. Além da compreensão do fenômeno da crise em si, isto é, das suas causas e da maneira como ela vem a se desenhar, existe intenso debate acerca de como enxergar sua inserção no contexto mais amplo da evolução do modo de produção capitalista, assim como da determinação de seus desdobramentos futuros. Conforme foi descrito por Roberts (2014), as discordâncias precípuas que esteiam este impasse podem ser resumidas em duas questões: 1) são as crises eventos recorrentes que podem prolongar-se indefinidamente, supondo a ausência de intervenção política, na trajetória de desenvolvimento das economias capitalistas? 2) ou as últimas devem, necessariamente, caminhar em direção ao colapso do sistema?

Tendo como pressuposto a adoção da hipótese da queda tendencial da taxa de lucro marxiana, é possível observar a formação de duas veias interpretativas básicas cujos fundamentos traçam linha divisória entre os autores que defendem o caráter regular e potencialmente ilimitado das crises econômicas e os que acreditam no imperativo colapso do modo de produção capitalista. Imaginando o percurso evolutivo do capitalismo pode-se dizer que enquanto os primeiros acreditam que as crises

econômicas fazem parte de uma trajetória cíclica que, a priori, não possui limitações e, portanto, desenham uma função que tende ao infinito, os segundos creem que o capitalismo vem percorrendo, ao longo de sua história, um trajeto cujo formato assimila-se ao de uma parábola que tem no seu ponto de inflexão o início do processo de decaída da lucratividade e exaustão do desenvolvimento das forças produtivas (ROBERTS, 2014).

É possível notar, a partir dessa imagem preliminar, que o elemento que figura como divisor de águas do debate supracitado consiste na extensão que é concedida ao papel da ação política em cada uma dessas hipóteses acerca dos futuros passos do capitalismo⁴⁷. Primeiramente, porém, faz-se necessário esclarecer o seguinte ponto: o fator político mencionado precisa ser concebido também como produto da supremacia do capital e não como entidade aleatória cujos rumos são definidos independentemente pelas leis de movimento do último – o que também não anula a influência de particularidades históricas que não coincidam, a priori, com aquilo que foi elaborado no plano teórico. De modo geral, o que não pode ser perdido de vista é o fato de que Marx buscou, sobretudo, demonstrar como a configuração da típica sociedade de classes capitalista, cuja organização tem como eixo a contradição elementar entre o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção, cria, dialeticamente, os condicionantes necessários para a sua própria superação que deve ser consolidada através da revolução proletária.

Os efeitos que emanam da continuidade do processo de acumulação capitalista são expressos em alguns movimentos vitais, dentre os quais se destacam a baixa tendencial da taxa de lucro que, por sua vez, aparece como resposta, fundamentalmente, à: 1) predisposição ao aumento da composição orgânica do capital; 2) a complexidade crescente das estruturas competitivas e a conseqüente formação dos grandes conglomerados característicos do capital monopolista e, por fim 3) o amadurecimento da classe trabalhadora. Nota-se aqui que a ação deste terceiro e último elemento verifica-se, tanto numa dimensão quantitativa – através da expansão do capital ao redor do mundo e da conseqüente subordinação de um maior contingente de trabalhadores à

⁴⁷ Isso não quer dizer que não existe uma série de outros fatores referentes à análise em questão que suscitem importantes discordâncias entre os autores marxistas. Não obstante, tem-se aqui por objetivo promover uma sistematização básica capaz de apontar os principais pontos de ruptura observados no campo da discussão teórica das crises econômicas.

lógica de acumulação capitalista – quanto qualitativa, a partir da tomada de consciência e da organização cada vez mais coesa do proletariado (SHAIKH, 1983).

Essa tríade de movimentos mencionados acima opera em concomitância ao próprio desenvolvimento do sistema capitalista, sendo, portanto, inerente ao seu *modus operandi*, alimentando-o e, ao mesmo tempo, sendo por ele alimentada. Partindo desse entendimento, avançamos para a conclusão de que as condições objetivas para a tomada de consciência da classe trabalhadora é fruto de um processo endógeno, ou seja, a semente para a construção da ação política unificada em prol da revolução proletária e do epílogo do capital é plantada por ele mesmo.

Assumindo que as relações de produção tipicamente capitalistas permanecem em vigor, a organização social que emana da lógica do capital – cujo cerne encontra-se na estrutura de reprodução material das sociedades e, por suposto, na expropriação da mais-valia – deve sobreviver. Para as construções que negam o colapso, não há um fim decretado objetivamente pelo movimento do capital e o papel da classe trabalhadora é condição sem a qual não é possível superar o domínio do capital. Nessa visão, a crise econômica integra a dinâmica do capitalismo em sua evolução histórica, apresentando-se como momento necessário que, em última instância, viabiliza a subsequente retomada de fôlego da acumulação já que retarda, mesmo que temporariamente, a pressão da composição orgânica do capital sobre a taxa de lucro.

Os autores que, de modo geral, acreditam no caráter recorrente das crises foram apelidados por Prado (2013) de “marxistas marxianos” – dada a adoção mais fiel daquilo que foi elaborado originalmente em *O Capital* – e desenvolveram suas contribuições tendo como pilar primordial a convicção de que este fenômeno traduz a repercussão de uma questão de lucratividade e não de realização da produção, como pretendem as leituras subconsumistas, por exemplo. Como já foi previamente citado, este grupo vai assentar seus argumentos em torno da LTQTL e tem como um de seus representantes mais proeminentes no contexto do debate internacional reacendido no pós-*crash* de 2008 o economista norte-americano Andrew Kliman⁴⁸.

⁴⁸ Faz-se necessário frisar que incorporar a noção de que as crises são fenômenos recorrentes e que, quando descoladas do processo político, não podem garantir a destruição do sistema, consiste apenas em um dos possíveis pontos de concordância que podem aproximar diferentes interpretações – por mais que aceitar tal noção, por si só, implique a admissão de um conjunto de pressupostos que a alicerçam. Não obstante, busca-se aqui enfatizar o fato de que integrar o

Através desta ótica, pode-se pensar a crise – já que ela consiste num processo eminentemente endógeno – como uma espécie de remédio criado pelo próprio metabolismo do capital para permitir a sua sobrevivência. A evolução do sistema no tempo é marcada, como descreve Roberts (2014), por uma alternância contínua, mais ou menos regular, entre momentos de expansão, *booms*, crises e recessões. Essa característica dúbia e inerente à lógica do capital revela-se a medida em que, tanto o desmoronamento quanto a criação das condições para a retomada do crescimento da lucratividade são efeitos das leis de movimento que regem o modo de produção capitalista.

Dito isso, resume-se o seguinte corolário: sendo movido por suas contradições internas, o movimento do capital, ao tempo que solapa os alicerces do modo de produção capitalista, através das crises e depressões que periodicamente fabrica, também consegue neutralizar, mesmo que de forma passageira, a pressão da composição orgânica do capital sobre as taxas de lucro. Está preparado assim o terreno para uma nova etapa de expansão que, assim como aquelas que a antecederam tropeçarão dinamicamente nas limitações erguidas pelo próprio capital.

De acordo com Kliman, no entanto, a adoção de instrumentos de controle macroeconômicos de inspiração keynesiana – que vem sendo utilizados, com maior ou menor intensidade a depender do momento histórico e país em questão, desde os anos 1930 do século passado –, geraram, paradoxalmente, um efeito curioso no que toca a capacidade do sistema capitalista de enfrentar os períodos recessivos nos quais incorrem reiteradamente. A hipótese adotada pelo autor concebe o seguinte argumento orientador no que tange a história do capitalismo contemporâneo e os seus impactos na feição do processo de acumulação: antes da popularização da *Teoria Geral*, as crises eram responsáveis por destruir os estoques de capital ao ponto de permitir a retomada de uma nova rodada de crescimento acelerado do produto, bem como das taxas de lucro de determinada economia. Porém, com o advento da Revolução Keynesiana⁴⁹, tal

grupo dos “marxistas marxianos” e, portanto, encaixar-se nessa sistematização generalizada, não quer dizer que haja uma homogeneidade pura nesse conjunto de leituras e que não existam outros pontos de divergência importantes que as afastem em outras dimensões analíticas.

⁴⁹ É importante chamar atenção nesse ponto que a referência à Revolução Keynesiana traz consigo toda uma conjuntura que se estabelece a partir da consolidação da teoria de Keynes como hegemônica, mesmo que em suas versões deturpadas como discutiu-se no capítulo 4. Partindo desse princípio, além do papel dos ensinamentos da macroeconomia keynesiana no tocante do controle da natureza cíclica do capitalismo, as pressões exercidas pela “ameaça

destruição passou se dar de maneira moderada, não tendo abrangência suficiente para impulsionar a retomada da atividade econômica e condenando a acumulação a acomodar-se em posição relativamente estacionária (PRADO, 2013).

Nos Estados Unidos, a trajetória descendente da taxa de lucro a partir da cessação do *boom* referente ao pós-guerra foi ratificada pela análise empírica feita por Kliman. Vale frisar aqui que as conclusões obtidas por ele divergem, tanto por razões metodológicas, quanto, conceituais no desenvolvimento da pesquisa, daquelas alcançadas por levantamento semelhante realizado por Foster e Magdoff⁵⁰. Seguindo sua linha argumentativa, Kliman vai apontar para a importância ímpar que é adquirida pelo universo das finanças que vai apresentar-se como uma solução paliativa frente aos abalos que comprometem a robustez da lucratividade do capital. Com o suposto desígnio de sanar a insuficiência dos lucros e estimular a acumulação que caminha a passos lentos, a atividade financeira desponta como válvula de escape para o capital, mas acaba, eventualmente, aprofundando o problema conforme incentiva o endividamento cada vez mais arriscado e coloca a economia em estágio de crescente vulnerabilidade. O ímpeto da expansão cada vez menos criteriosa das finanças, conforme observou-se em 2008, atrai devedores cujas condições efetivas de pagamento são cada vez mais frágeis. Nessas circunstâncias, o fluxo das finanças avoluma-se e tende a afastar-se em demasia do produto real, culminando no aparecimento das bolhas especulativas (PRADO, 2013).

Entender, portanto, a crise como um evento recorrente que entrecorta o itinerário das economias capitalistas implica aceitar que, por mais que a LTQTL seja válida, o sistema capitalista encontra – deliberadamente ou não –, dentro de sua própria lógica operacional, maneiras de dribla-la e não há nada que garanta, ao menos a princípio, o seu colapso. Torna-se assim impossível determinar aprioristicamente o seu fim, por mais que se reconheça as diretrizes destrutivas imputadas por suas leis de funcionamento.

Pautando-se nesta hipótese, o papel da luta de classes – elemento medular na análise de Marx – é imprescindível para a superação do modo de produção capitalista. A chamada

comunista”, pela memória recente da Grande Depressão, dentre outros fatores específicos, colaboraram veementemente para a caracterização deste período histórico e, por extensão, também afetaram a dinâmica da lucratividade, conforme descreveu Kliman.

⁵⁰ Ver Prado (2013), ou, para mais detalhes, ver Foster e Magdoff (2009) e Kliman (2012).

“tomada de consciência” por parte do proletariado representa peça vital e enquanto ela não se concretiza, viabilizando, por extensão, o arranjo de uma mobilização unificada para combater a ordem estabelecida, o capitalismo pode e deve reinventar-se em sua permanente antítese, reproduzindo e suplantando indefinidamente as contradições por ele erigidas.

Dentre aqueles que se opõem a noção de que o capitalismo pode se autoreproduzir de maneira ilimitada é comum o argumento de que, mesmo diante da possibilidade de retardamento da LTQTL, a partir da ação das contratendências⁵¹, a lei deve ser preponderante, já que ela exprime a cristalização das características intrínsecas às leis de movimento do capital descritas por Marx. Mesmo diante de tal inferência, para os defensores da natureza cíclica e reincidente das crises econômicas, inexistem mecanismos que assegurem a ruína do capital, já que este último se distingue justamente pela sua habilidade em derrotar seus próprios demônios. Conforme assinala Carcanholo (1996), ao designar a lei como tendência, por definição, Marx já apontava para o fato de que, apesar dela ser potencialmente prevalecente, o limite da capacidade de regeneração do sistema não está posto preliminarmente.

Em meio a pluralidade que caracteriza o debate marxista acerca das crises econômicas⁵², por um lado, opondo-se ao grupo que as concebe como fenômeno recorrente e, por outro, partilhando com ele da utilização da LTQTL, situam-se os teóricos do colapso. A despeito da incorporação da lei marxiana como arcabouço teórico fulcral para a explicação das crises no capitalismo, as teorias do colapso, como o próprio nome já prognostica, apontam para a autodestruição do sistema como produto inevitável da vigência da lei, bem como para a insustentabilidade do capitalismo como forma de organização social, assim como apontou Roberts (2014).

Tendo em vista a compreensão supracitada, é possível alegar que esses autores se movem para o extremo contrário ao argumento da compressão dos lucros, ou seja, apesar de não excluírem radicalmente o elemento político – como, muitas críticas vacilantes afirmam – conferem-lhe importância secundária. Já aqueles autores da estirpe

⁵¹ Algumas delas foram apontadas por Marx, como já foi visto no capítulo 5 deste trabalho, enquanto as demais foram identificadas posteriormente por outros autores. Contudo, outras variáveis cuja pujança atua de modo a contrariar a LTQTL certamente surgirão conforme o desenvolvimento histórico do capitalismo.

⁵² Cujas possíveis origens foram previamente discutidas no capítulo 5.

do *profit squeeze*, em direção oposta, colocam a luta de classes como a espinha dorsal para a compreensão das crises e da desenvoltura do capital.

Voltando ao prisma do colapso e seguindo a reflexão trazida por Roberts (2014), observa-se, de modo geral, que esses autores advogam a ideia de que, dadas as contradições que impreterivelmente a acompanham, a acumulação capitalista não deve, ou não pode, se prolongar indefinidamente no curso da história. Partindo dessa premissa, está posto o desafio de determinar quais seriam as fronteiras intransponíveis à perpetuação do capitalismo e de que forma ele caminha, inequivocamente, rumo a sua própria morte. Acredita-se aqui que incluir a vertente do colapso no debate suscita, fatalmente, algumas questões importantes a serem levantadas sob a luz da teoria marxiana. Primordialmente, deve-se inquirir a respeito do que vem a determinar, em última instância, a capacidade ou não de recuperação das economias capitalistas diante de uma nova crise econômica. Além disso, supondo que, por qualquer que seja a razão, a classe trabalhadora não consiga coordenar as suas ações, como se daria o colapso do sistema se não pela via revolucionária pormenorizada por Marx?

A noção que perpassa a maioria das interpretações filiadas à tradição do colapso afirma que o impasse fundamental entre capital e trabalho irá culminar na decadência do sistema, seja com a participação ativa do proletariado, conforme a conjectura marxiana, ou pela instalação da barbárie dada o acirramento inconcebível das contradições inerentes à manutenção da dinâmica capitalista. Apesar da identificação de tais princípios orientadores que facilita um mapeamento mais objetivo acerca do debate proposto, é preciso reconhecer que essa necessidade de traçar as linhas divisórias no esforço da sistematização, frequentemente, induz o leitor a compreensões reducionistas. É notório que, no caso do colapso, leituras simplistas são particularmente frequentes e é preciso estar atento ao fato de que, historicamente, esta visão foi duramente estigmatizada a partir da atribuição de caráter determinístico, quiçá apocalíptico às suas conclusões.

Desse modo, a investigação acerca desta perspectiva deve ser feita de maneira extraordinariamente cuidadosa, buscando desconstruir determinadas questões equivocadamente sedimentadas. Criticando as opiniões embasadas em leituras superficiais e a própria designação de “teoria do colapso”, – a qual atribui conotação pejorativa – Kurz (2010) afirma que a grande maioria dos pareceres acerca da produção

teórica dos autores dessa vertente é rasa e influenciada por um imaginário construído historicamente com base em críticas infundadas e carregadas de preconceitos. Segundo ele, a noção de “colapso”, a despeito do viés jocoso da nomenclatura, fomentado pela oposição dentro do próprio marxismo, não se distancia da caracterização dos limites internos do capital feita por Marx.

As raízes da noção de colapso do modo de produção capitalista, segundo Kurz (2010), remetem ao final do século XIX quando do contexto da elaboração dos trabalhos revisionistas de Eduard Bernstein, bem como da análise dita subconsumista de Rosa Luxemburgo. O debate entre os últimos, lança as bases para uma discussão que, desde aquele marco, vai perpassar toda a história do pensamento marxista, em especial, no que toca a querela acerca da compreensão das crises econômicas. Foram eles, mesmo que a partir de óticas fundamentalmente distintas – apesar do embasamento marxista comum que, em alguma medida, os une –, os primeiros a apontar para a suposta existência de obstáculos definitivos que bloqueariam a perpetuação da acumulação capitalista.

Apesar de sua origem mais remota, a teoria do colapso, no formato que assumiu ao longo de sua trajetória de maturação, tem os trabalhos de Henryk Grossman como referência balizadora. O autor desenvolveu suas primeiras contribuições ainda na década de 1920 ao passo que fazia também a crítica às teorias da crise marxistas na sua época mais proeminentes, quais sejam, a vertente subconsumista e da chamada desproporção. Assim como Marx o fez, Grossman chama a atenção para as forças que contrariam a tendência a queda da taxa de lucro – do mesmo modo que das massas de mais-valia e de lucro – e que, por extensão, também retardam a extinção do capitalismo. Contudo, mesmo diante desses agentes contrariantes, o colapso seria condição inevitável quando da cessação dos efeitos que o procrastinam. Ademais, vale destacar que, ao contrário do que é muitas vezes reproduzido, a leitura de Grossman não vai defender a ideia de que o colapso do sistema será um movimento que se instituirá eximindo-se integralmente do fator político. Conforme Roberts (2014), Paul Mattick, autor da geração que sucede Grossman, vai afirmar que a possibilidade do estouro de uma crise que prenuncie o fim do capitalismo é factível da mesma maneira que uma crise superável.

Mais recentemente, seguindo a tradição do colapso destacam-se os trabalhos do já citado Robert Kurz, bem como do filósofo húngaro István Mészáros. Considera-se aqui

que a interpretação fornecida pelo último constitui, talvez, uma das mais singulares acerca do estudo das crises sistêmicas do capitalismo. A partir de minuciosa análise histórica da evolução do modo de produção capitalista, principalmente no decorrer do século XX, Mészáros aponta para a existência de uma crise de caráter estrutural do capital.

Segundo Mészáros (2009), o capitalismo ultrapassou o que ele denominou de fase cíclica, caracterizada por períodos alternados de expansão e recessão, e entrou num “*continuum* depressivo”. As rebeliões no final da década de 60, a estagnação dos países centrais nos anos 70, a ineficácia das políticas keynesianas na tentativa de reverter o quadro econômico recessivo e, posteriormente, o insucesso das medidas neoliberais, expresso nitidamente pela eclosão da crise em 2008, evidenciam uma tendência que, conforme o autor, é irreversível.

Esse movimento descrito por ele vem exacerbando de maneira extrema as contradições inerentes ao sistema e levando o capitalismo aos seus limites. De acordo com Mészáros (2009), destacam-se três problemáticas centrais que evidenciam a inviabilidade de perpetuação do capitalismo dadas as suas atuais condições de manutenção: 1) a intensificação da precarização do trabalho; 2) a contínua destruição da natureza e 3) as questões de natureza político-militar num cenário internacional de equilíbrio atômico. A junção destes fatores acaba por conceber uma atmosfera frágil e instável por excelência, nesse sentido, o futuro das sociedades que vivem sob o signo do capital, apesar de incerto quanto aos seus rumos específicos e sujeitos a uma série de elementos político-concretos, ao que tudo indica, direciona-se para a sua derrocada.

É importante, contudo, chamar a atenção para uma questão crucial e um dos pontos mais distintivos da análise de Mészáros. Segundo ele, a superação do capitalismo não implica a suplantação do que ele chama de “sistema sóciometabólico do capital”. O autor defende a ideia de que são três os elementos que o caracterizam, quais sejam, capital, Estado e trabalho assalariado. Nesse sentido, somente através da ruptura com este tripé de forma integral é que se pode instaurar o comunismo⁵³ (ANTUNES, 2009).

⁵³ É pautando-se nesse argumento que Mészáros defende a ideia de que os regimes ditos socialistas, que se estabeleceram ao longo do século XX, só foram capazes de superar o capitalismo, mas jamais o sistema do capital.

6 CONCLUSÃO

As crises, por certo, constituem um dos mais vívidos objetos de estudo da ciência econômica. Partindo do pressuposto de que elas integram, *par excellence*, a dinâmica do capitalismo, estudá-las significa debruçar-se sobre o funcionamento do sistema como um todo e buscar entender, por um lado, de que forma ele, internamente, as semeia, e por outro, como elas podem agir no sentido de modificá-lo. Tendo em vista a complexidade do tema, a tentativa de apreendê-lo desperta um debate fervoroso que marca toda a história do pensamento dessa disciplina e divide os economistas entre vertentes distintas, ainda que no âmbito de uma mesma corrente interpretativa, conforme foi brevemente exposto neste trabalho. É bem verdade que a referida heterogeneidade cria obstáculos à busca por respostas mais palpáveis acerca da problemática, principalmente para o leitor neófito, entretanto, ao mesmo passo que o faz, confere inegável riqueza que acaba por impulsionar a atividade de pesquisa na área, mantendo-a em constante avanço.

É evidente que os esforços analítico-interpretativos revisados no quadro deste trabalho estão, necessariamente, influenciados pelo momento histórico no qual foram elaborados, isto é, pelo estágio de desenvolvimento do processo de acumulação capitalista e pelos múltiplos elementos sociopolíticos envolvidos no plano concreto que os distinguem. Em outras palavras, conhecendo que tais teorias foram fruto da abstração realizada por sujeitos históricos imersos no mesmo universo em que pretendiam desvelar, suas contribuições não podem ser examinadas se descoladas de devida contextualização, assim como acontece, particularmente, para todo o restante das ciências sociais.

Insistindo nessa preocupação, autores como Shaikh (1983) chamam a atenção para a necessidade de entender as crises como produto de um movimento integrado, concluindo que as análises que se restringem à atmosfera histórico-concreta de uma crise específica estão fadadas a apresentar sérias limitações à medida em que não buscam captar o fenômeno de maneira integral, como parte de uma totalidade multifacetária e não como partícula isolada e independente de uma lógica maior, mais complexa.

Partindo desse pressuposto, este trabalho almejou mapear as principais contribuições acerca das crises econômicas no capitalismo, buscando elucidar quais as questões que

afastam e ou aproximam as diferentes interpretações que protagonizam o debate internacional. Além da sistematização, procurou-se aqui desmistificar algumas noções equivocadas, porém já sedimentadas no imaginário do grande público – inclusive de sua parcela “especializada” – no que toca a contribuição de alguns autores trabalhados.

É possível observar, ainda que através deste breve compêndio, que a matéria das crises está longe de ser esgotada. A própria ausência de consensos, ainda que no seio de uma mesma orientação teórica, já aponta para esse fato, sem falar das indiscutíveis dificuldades que emergem, ininterruptamente, como produto de um sistema que se encontra em estado intenso e acelerado de permanente transformação. Pode-se inferir assim que os desafios que brotam deste debate são múltiplos, tanto do ponto de vista do amadurecimento numa perspectiva teórica, quanto analítica. Nesse sentido, levando-se em conta a relevância do tema e a sua notória assiduidade, é importante que o seu estudo permaneça entre as prioridades dos pesquisadores, particularmente dentro da heterodoxia da ciência econômica, já que a visão hegemônica parece investigar outro que não o nosso universo.

Reiterar a compreensão de que as crises consistem em fenômenos eminentemente endógenos, isto é, que nascem da dinâmica do processo de acumulação capitalista, representa a pedra angular e objetivo central deste trabalho. Acredita-se aqui, portanto, que toda e qualquer análise neste campo deve ter tal afirmação como horizonte norteador. Sabendo-se que as interpretações dominantes se encontram circunscritas, fundamentalmente, à teoria neoclássica, torna-se um desafio ainda mais árduo – seja para keynesianos ou marxistas – a tentativa de produzir explicações consistentes e fortificar a resistência frente ao movimento mundial que busca minimizar tudo o que se opõe ao *mainstream* das estruturas curriculares dos cursos de economia.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Marisa Silva; CARCANHOLO, Marcelo D. **O Fenômeno econômico das crises capitalistas nas perspectivas marxista e keynesiana**: notas para um debate teórico. 2009 Disponível em: <<http://raceadm3.nuca.ie.ufrj.br/BuscaRace/Docs/msamaral1.pdf>> Acesso em: 10 jan. 2017.

ANTUNES, Ricardo. Introdução a substância da crise. In: MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CABALLERO, Ricardo J. Macroeconomics after the crisis: time to deal with the pretense-of-knowledge syndrome. **The Journal of Economic Perspectives**, v. 24, n. 4, p. 85-102, 2010.

CARCANHOLO, Marcelo D. Apontamentos críticos sobre a teoria da crise em Rosa Luxemburgo. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E ENGELS, 5., 2007. **Anais...** 2007. Campinas, SP: Unicamp, 2007.

_____. **Causa e formas de manifestação da crise**: uma interpretação do debate marxista. 1996. Disponível em < <http://pt.calameo.com/books/0001407492397811573bc> >. Acesso em: 05 fev. 2017.

DE CARVALHO, Fernando J. **Fundamentos da escola pós-keynesiana**: a teoria de uma economia monetária. 1988. Disponível em: <<http://fabianodalto.weebly.com/uploads/3/6/8/2/3682836/cardin1989.pdf>>. Acesso em: 13 maio 2017.

CHERNAVSKY, E. **No mundo da fantasia**: uma investigação sobre o irrealismo na ciência econômica e suas causas. São Paulo: [S.n.], 2011.

CIPOLLA, Francisco P. A evolução da teoria da crise de superprodução na obra econômica de Marx. **Crítica Marxista**, Campinas, SP, n. 37, p. 67-90, 2013.

_____. Diferentes teorias marxistas da crise e diferentes interpretações da crise atual. **Economia e Sociedade**, Campinas, SP, v.21, n. 1, p. 39-59, abr. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ecos/v21n1/02.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2014.

CHILIATTO-LEITE, Marcos Vinicius. Teorias da demanda efetiva: Keynes, Kalecki e algumas implicações. ENCONTRO INTERNACIONAL DA AKB, 3., 2010, São Paulo, SP. **Anais...** São Paulo: AKB, 2010. Disponível em < <http://www.ppge.ufrgs.br/Akb/encontros/2010/07.pdf> >. Acesso em: 10 jan. 2017.

DOBB, M. **A evolução do capitalismo**. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Os Economistas).

FERRARI FILHO, Fernando. "Keynesianos", monetaristas, novos-clássicos e novos-

keynesianos: uma crítica pós-keynesiana. **Análise Econômica**, v. 14, n. 25 e 26, mar./set. 1996.

_____. Os "keynesianos" neoclássicos e os pós-keynesianos. **Ensaio FEE**, v. 12, n. 2, p. 340-348, 1991.

FILGUEIRAS, L.; DRUCK, G. Marx e Keynes: Estado e crises do capitalismo. **Nexus Econômicos**, Salvador, v.4, n. 2, p. 7-32, dez. 2010. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revnexeco/article/view/5441/3913>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

FILGUEIRAS, L.; OLIVEIRA, E. A crise econômica mundial do capitalismo. In: BARROSO, A. S.; SOUZA, R. **A grande crise capitalista global 2007-2013: gênese, conexões e tendências**. São Paulo: Anita Garibaldi: Fundação Maurício Grabois, 2013. p. 77-97.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra *et al.* Keynes: o liberalismo econômico como mito. **Economia e Sociedade**, v. 19, n. 3, p. 425-447, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ecos/v19n3/01>>. Acesso em: 20 dez. 2016.

FOSTER, J. B.; MAGDOFF, F. **The great financial crisis: causes and consequences**. New York: Monthly Review Press, 2009.

HICKS, John R. Mr. Keynes and the "classics"; a suggested interpretation. **Econometrica: Journal of the Econometric Society**, v. 5, n. 2, p. 147-159, abr. 1937.

HOBSBAWN, E. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

HUNT, E.; SHERMAN, H. **História do pensamento econômico**. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do juro, do emprego e da moeda**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

KLAGSBRUNN, Victor Hugo *et al.* O princípio da demanda efetiva (esperada) e o papel da demanda na teoria geral de Keynes. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 16, n. 4, p. 64, 1996.

KLIMAN, A. **The failure of capitalist production: underlying causes of the great recession**. Londres: Pluto Press, 2012.

KRUGMAN, P. How did economics get it so wrong? **The New York Times**, sept. 2009. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2009/09/06/magazine/06Economic-t.html>>. Acesso em: 20 set. 2016.

MARX, Karl. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

_____. **O capital: crítica da economia política: Livro I: O processo de produção do capital.** São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **O capital: crítica da economia política: Livro II: O processo de circulação do capital.** São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. **O capital: crítica da economia política: Livro III: O processo global da produção capitalista.** São Paulo: Abril Cultural, 1996.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do partido comunista. **Estudos avançados**, v. 12, n. 34, p. 7-46, 1998.

MAZZUCHELLI, Frederico. A grande depressão dos anos 1930 e a crise atual: contrapontos e reflexões. In: BARROSO, A. S.; SOUZA, R. **A grande crise capitalista global 2007-2013: gênese, conexões e tendências.** São Paulo: Anita Garibaldi: Fundação Maurício Gabrois, 2013. p. 161-185.

MELLO, Gustavo M. C. Subconsumo ou sobreacumulação? debate teórico e político para a análise da crise atual. **Crítica Marxista**, Campinas, SP, n. 37, p. 91-112, 2013.

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital.** São Paulo: Boitempo, 2009.

MINSKY, Hyman P. A hipótese da instabilidade financeira. **OIKOS**, Rio de Janeiro, v.8, n.2, 2009. Disponível em: <<http://www.revistaoikos.org/seer/index.php/oikos/article/view/181/116>>. Acesso em: 06 maio 2017.

MINSKY, Hyman P. **Stabilizing an unstable economy.** São Paulo: Novo Século. 2013.

OREIRO, José Luís. **Comportamento convencional e surpresa potencial.** 2001. Disponível em: <<http://raceadm3.nuca.ie.ufrj.br/buscarace/Docs/jloreiro26.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

_____. Economia pós-keynesiana: origem, programa de pesquisa, questões resolvidas e desenvolvimentos futuros. **Ensaio FEE**, v. 32, n. 2, 2011. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2008/artigos/200807171558070-.pdf>>. Acesso em: 13 maio 2017.

PRADO, Eleutério. **Complexidade: Hayek e Marx.**, 2007. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/noticias/pradohayekemarx.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2017.

_____. Duas explicações marxistas para a grande falha do capitalismo. In: BARROSO, A. S.; SOUZA, R. **A grande crise capitalista global 2007-2013: gênese, conexões e tendências.** São Paulo: Anita Garibaldi: Fundação Maurício Gabrois, 2013. p. 161-185.

ROBERTS, M. Crise ou colapso? **Economia e complexidade.** out. 2012. Disponível em: <<https://eleuterioprado.files.wordpress.com/2012/10/michael-roberts-crise-ou-colapso.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

SAWAYA, R. R. Crise: um problema conjuntural ou da lógica da acumulação mundial? **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 23, n. 66, p. 53-70, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v23n66/a05v2366.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

SHAIKH, A. Uma introdução à história de teorias de crise. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 5-45, 1983.

TERRA, Fábio Henrique B.; FERRARI FILHO, Fernando. As disfunções do capitalismo na visão de Keynes e suas proposições reformistas. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 271-295, maio/ago. 2011.